



## MERCADOS



## Bovespa avança 1,51%, a 126,5 mil pontos, e sobe 1,12% na semana

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Com leituras favoráveis do IPCA-15 em abril e, nos Estados Unidos, do PCE de março, métrica preferida do BC americano para monitorar os preços ao consumidor, a melhora do humor externo e doméstico contribuiu para que a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) interrompesse nesta sexta-feira a série diária de três leves perdas, em alta de 1,51%, aos 126.526,27 pontos no fechamento, que o colocou no campo positivo também na semana (+1,12%). Assim, o Índice Bovespa (Ibovespa) superou sequência negativa das três semanas anteriores, limitando a perda do mês, que chega ao fim na próxima terça-feira, a 1,23%.

Na máxima desta sexta-feira, o Ibovespa foi aos 126.826,13 pontos, no maior nível intradia desde 12 de abril - o patamar de fechamento da sessão também foi o maior desde o dia 11 do mesmo mês. Moderado, o giro financeiro ficou restrito a R\$ 19,6 bilhões na sessão, em que o Ibovespa saiu de mínima, na abertura, aos 124.650,92. No ano, o índice da B3 ainda acumula perda de 5,71%. Em porcentual, o avanço desta sexta-feira foi o maior desde 8 de abril (1,63%).

As principais ações da carteira Ibovespa mostraram ga-

nhos na sessão, na faixa de 1% a 2% em boa parte do dia. Vale ON subiu 0,84%, reduzindo a perda da ação na semana a 0,98%, enquanto Petrobras ON e PN tiveram alta, hoje, de 1,46% e 0,78%, com ganhos semanais de 2,41% e 2,17%, respectivamente. Entre os grandes bancos, Itaú PN mostrou alta de 1,67% na sessão e de 2,09% na semana, enquanto Bradesco PN subiu nesta sexta 1,61%, avançando 1,76% no mesmo intervalo. Na ponta do Ibovespa nesta sexta-feira, Azul (+5,97%), MRV (+5,54%) e Hypera (+5,16%). No lado oposto, Pão de Açúcar (-2,47%), Casas Bahia (-1,45%) e Klabin (-0,69%).

### DÓLAR CAI 0,91%

O dólar à vista apresentou queda firme no mercado doméstico de câmbio nesta sexta-feira, e esboçou fechar no nível de R\$ 5,10.

Tirando uma alta pontual na abertura dos negócios, quando registrou máxima a R\$ 5,1706, o dólar à vista trabalhou em queda ao longo do dia. Com mínima a R\$ 5,1163 à tarde, a moeda encerrou a sessão em baixa de 0,91%, cotada a R\$ 5,1163, no menor valor de fechamento em cerca de 15 dias. A divisa termina a semana com desvalorização de 1,6%, mas ainda acumula alta de 2,01% em abril.

## AVIAÇÃO

# Embraer anuncia a Lula que planeja investir R\$ 2 bilhões

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou nesta sexta-feira o hangar da fábrica da Embraer, em São José dos Campos, no interior de São Paulo, onde acompanhou a entrega de um jato comercial modelo 195-E2, produzido pela companhia, para a Azul Linhas Aéreas. A agenda também incluiu uma visita às instalações do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), principal centro de formação aeroespacial do país, na mesma cidade.

"Estamos investindo cerca de R\$ 2 bilhões neste ano, e gerando mais de 900 empregos diretos em nossas fábricas no Brasil", anunciou o presidente da empresa, Francisco Gomes Neto.

A Embraer é a terceira maior fabricante de jatos comerciais do mundo, líder no segmento de aeronaves com até 130 lugares e jatos executivos. Tem cerca de 19 mil empregados, com presença em todos os continentes. Neto ainda destacou que a empresa contratou 1,5 mil novos funcionários em pouco mais de um ano, retomando a força de trabalho que tinha antes da pandemia de Covid-19.

O presidente Lula destacou a trajetória bem-sucedida da Embraer. "Eu estou numa empresa que sempre foi motivo de orgulho

para esse país", afirmou. "É preciso sonhar grande. Se o Ozires (Silva, fundador da Embraer) não tivesse pensando grande, a gente não tinha a Embraer. Sem o brigadeiro Montenegro (fundador do ITA), a gente não tinha o ITA. As coisas grandes são resultado de muita coragem, não é com covardia. Quero que vocês saibam que esse momento para mim é muito histórico", acrescentou.

Criada pelo Estado brasileiro em 1969, a Embraer já fabricou e vendeu mais de 8 mil aviões, que transportam cerca de 145 milhões de passageiros por ano em todo o mundo. Apesar de privatizada desde 1994, o governo detém poder final em decisões estratégicas da companhia. Além de fabricar aviões comerciais e de uso privado, a empresa fabrica aeronaves militares, como cargueiro KC-390 e o Super Tucano, além de aviões agrícolas.

### AVIAÇÃO REGIONAL

Durante o evento, o CEO da companhia Azul Linhas Aéreas, John Rodgerston, anunciou a compra de 13 novos jatos da Embraer este ano, que vão se somar à frota de 60 aviões comerciais nacionais, especialmente para emprego na aviação regional, onde a companhia é líder. Ao todo, os investimentos somam R\$ 3 bilhões.

"Quando a Azul foi fundada, em 2008, foram 50 milhões de

passageiros transportados por todas as empresas no Brasil. Só este ano, a Azul vai transportar 35 milhões", comparou o empresário. A companhia aérea é a principal cliente da Embraer na aviação brasileira, concentrando quase a totalidade das compras no setor.

Segundo a Azul, o E2 da Embraer tem capacidade para 136 passageiros, e é a maior e mais moderna aeronave fabricada no Brasil. "O equipamento é o modelo de corredor único mais eficiente atualmente no mercado, oferecendo uma economia de até 25% de emissões de CO2. A Azul já opera atualmente 20 aeronaves do mesmo modelo.

### EXPANSÃO

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvío Costa Filho, defendeu a necessidade de expandir o mercado nacional de fabricação de aviões para outras companhias aéreas.

"Dos 100% da aviação dos EUA, 50% são com aviões da Boeing [empresa norte-americana]. Na França, dos 100% da aviação, 41% são de aviões da Airbus (empresa francesa). E, no Brasil, dos 100% da aviação brasileira, apenas 12% são de aviões da Embraer", afirmou. Segundo ele, em pouco mais de um ano, o Brasil aumentou em 15% o número de passageiros transportados e prevê que, nos próximos

anos, o país possa chegar a 140 milhões de passageiros transportados por ano.

Ao comentar o potencial do setor, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, falou sobre os estímulos da reforma tributária para a aviação comercial regional. "A reforma tributária prevê um fortíssimo estímulo para a aviação regional. Temos um país continental e a gente precisa compreender que o Brasil precisa de mais serviços aéreos", comentou.

### AGENDA

Antes do evento na fábrica da Embraer, Lula visitou um laboratório de pesquisa e desenvolvimento aeroespacial do ITA e esteve com estudantes do instituto, mantido pela Aeronáutica, na inauguração de um alojamento estudantil com capacidade para 80 alunos.

Pela manhã, em Nova Lima, na região metropolitana de Belo Horizonte, Lula participou da inauguração da fábrica de insulina da empresa Biomm. A unidade terá capacidade de produção do para suprir a demanda nacional do hormônio no país, utilizado no tratamento de diabetes. De São José dos Campos, Lula seguiu para a capital paulista, onde passa o fim de semana. A previsão é que retorne no domingo para Brasília.

## RAPIDEZ

## Lula elogia ministros por reforma tributária

SOFIA AGUIAR/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que a aprovação da reforma tributária no Congresso Nacional é mérito dos ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. A fala, contudo, ocorre dias depois de o chefe do Executivo ter cobrado seus ministros a dialogar mais com o Legislativo.

"Nós conseguimos fazer, pela primeira vez na história do Brasil, uma reforma tributária muito rápida", disse Lula, em evento de entrega de aeronave da Embraer à Azul em São José dos Campos (SP), na sexta-feira. "Nós conseguimos dialogando, conversando, não virando o nariz para ninguém, não empinando o nariz, conversar com todo mundo e conseguir aprovar uma política tributária", completou.

Em sua avaliação, o mérito

da aprovação é do corpo de ministros do governo, citando o trabalho de Haddad e Padilha. "Aprovação da reforma tributária é Mérito do Padilha, que trabalhou muito, do Haddad, que conversou muito, do Rui Costa Casa Civil e dos ministros que foram atrás para conversar com o Congresso", comentou o presidente.

Na segunda-feira passada, porém, Lula cobrou a participação de alguns de seus principais ministros na articulação política. "Isso significa que o vice-presidente Geraldo Alckmin tem de ser mais ágil, tem de conversar mais. O Haddad tem de, sabe, ao invés de ler um livro, ele tem de perder algumas horas conversando no Senado e na Câmara. O Wellington Dias, ministro do Desenvolvimento Social, o Rui Costa passar uma parte do tempo conversando", disse o presidente da República.

## Nota

### PRODUÇÃO LOCAL PODE MELHORAR ALIMENTAÇÃO EM CENTROS URBANOS

Oito em cada dez adultos (78,6%) que vivem em capitais brasileiras mantinham, em 2023, uma alimentação sem a quantidade mínima de frutas, legumes e verduras recomendada, índice que poderia melhorar com o fomento à produção na zona urbana. Esse é um dos alertas feitos por especialistas do Instituto Escolhas e da Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis, da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Em publicação na quinta-feira passada, os pesquisadores lembram que a porção diária recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é de 400 gramas dessa classe de alimentos, essenciais para manter a saúde em dia.

## IBGE

## Prévia da inflação oficial do País recua para 0,21% em abril

VITOR ABDALA/ABRASIL

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), que mede a prévia da inflação oficial no mês, ficou em 0,21% em abril deste ano, portanto abaixo das taxas do mês anterior (0,36%) e de abril do ano passado (0,57%). O dado foi divulgado nesta sexta-feira, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com o resultado, o IPCA-15

acumula taxa de 1,67% no ano. Em 12 meses, o indicador registra inflação de 3,77%, abaixo dos 4,14% acumulados até a prévia de março deste ano.

A queda da taxa de inflação foi puxada principalmente pelos transportes, que tiveram deflação (queda de preços) de 0,49% na prévia de abril. Entre os itens que apresentaram deflação, destacam-se a passagem aérea (-12,2%), o gás veicular (-0,97%), o óleo diesel (-0,43%) e a gasoli-

na (-0,11%).

Por outro lado, o grupo alimentação e bebidas apresentou alta de preços de 0,61% no período, o que impediu uma queda maior da inflação na prévia de abril. Entre os itens que mais contribuíram para a alta dos alimentos estão tomate (17,87%), alho (11,6%), cebola (11,31%), frutas (2,59%) e leite longa vida (1,96%).

Produtos como a batata-inglesa (-8,72%) e as carnes (-1,43%) puxaram para baixo a in-

flação dos alimentos.

Os demais grupos de despesa apresentaram as seguintes taxas de inflação: saúde e cuidados pessoais (0,78%), vestuário (0,41%), despesas pessoais (0,4%), comunicação (0,17%), habitação (0,07%), educação (0,05%) e artigos de residência (0,03%).

Os preços que serviram como base para o cálculo do IPCA-15 de abril foram coletados entre 15 de março e 15 de abril deste ano.

## PEQUENOS NEGÓCIOS

## Portaria regulamenta regras para novo Desenrola

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Lançado na última segunda-feira, o Desenrola Pequenos Negócios, que permitirá a renegociação de dívidas de pequenos negócios e de microempreendedores individuais (MEI), teve as regras regulamentadas nesta sexta-feira. O Ministério da Fazenda publicou uma portaria que define a participação dos bancos nas renegociações.

Entrarão nas renegociações dívidas vencidas há mais de 90 dias na data de lançamento do programa, na última segunda. Não haverá limites para o valor da dívida nem de tempo máximo de atraso. Segundo o Ministério da Fazenda, isso incentiva a concessão de des-

contos mais elevados para débitos mais antigos e de valores mais altos. A versão do Desenrola para as micro e pequenas empresas é um dos quatro eixos do Programa Acreditado, que pretende ampliar o acesso ao crédito e estimular a economia. Apesar de a renegociação teoricamente ter entrado em vigor na terça-feira passada, dia da publicação da medida provisória, os negócios de menor porte ainda não podiam pedir o refinanciamento porque as regras não estavam regulamentadas.

A partir da publicação da portaria, as instituições financeiras podem fazer os últimos ajustes operacionais para começarem as renegociações das dívidas. A previsão é que as renegociações do

Desenrola Pequenas Empresas comecem efetivamente na próxima semana.

### CRÉDITO TRIBUTÁRIO

O programa Desenrola Pequenos Negócios oferece incentivos tributários para que bancos e instituições financeiras renegociem dívidas de pequenas empresas. As instituições que aderirem ao programa terão direito a um crédito presumido de impostos. Não haverá custo para o governo neste ano porque a apuração do crédito presumido poderá ser realizada entre 2025 e 2029.

Por meio do crédito presumido, as instituições financeiras têm direito a abater de tributos futuros prejuízos em algum trimestre. A

portaria também regulamentou o cálculo desses créditos.

Segundo o Ministério da Fazenda, o crédito tributário será calculado com base no menor valor entre o saldo contábil bruto das operações de crédito renegociadas e o saldo contábil dos créditos decorrentes de diferenças temporárias. As diferenças temporárias são despesas ou perdas contábeis que ainda não podem ser deduzidas do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), mas que podem ser aproveitadas como crédito tributário no futuro, o que é permitido pela legislação tributária.

A concessão de créditos tributários alavanca o capital dos bancos para a concessão de novos empréstimos. Esse incentivo não gera nenhum gasto para 2024, e nos próximos anos o custo máximo estimado em renúncia fiscal é muito baixo, da ordem de R\$ 18 milhões em 2025, apenas R\$ 3 milhões em 2026, e sem nenhum custo para o governo em 2027.

Diário do  
**Acionista**

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Rua Presidente Vargas, 962, sala 908  
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002  
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar  
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000  
Tel.: (11) 2655-1899

### Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS



ACESSE NOSSO SITE

ENERGIA

# Aneel mantém bandeira tarifária verde em maio

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou nesta sexta-feira que no mês de maio a bandeira tarifária permanecerá verde. Dessa forma, os consumidores não terão custo extra nas contas de luz.

De acordo com a agência, devido às condições favoráveis de geração de energia, a bandeira tarifária deve permanecer verde até o final do ano. Há 25

meses o país tem adotado a bandeira verde, após o fim da escassez hídrica, que durou de setembro de 2021 até meados de abril de 2022.

**BANDEIRAS TARIFÁRIAS**

Criadas em 2015 pela Aneel, as bandeiras tarifárias refletem os custos variáveis da geração de energia elétrica. Dívidas em níveis, as bandeiras indicam quanto está custando para o Sistema Interligado Nacional gerar a energia usada nas casas, em

estabelecimentos comerciais e nas indústrias.

Quando a conta de luz é calculada pela bandeira verde, não há nenhum acréscimo. Quando são aplicadas as bandeiras vermelha ou amarela, a conta sofre acréscimos a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.

Em março, a Aneel aprovou uma redução nos valores das bandeiras. Segundo a agência reguladora, a medida foi aprovada devido ao cenário hidrológico favorável, à grande oferta

de energia renovável no país e "aos alívios verificados no preço dos combustíveis fósseis no mercado internacional".

A decisão determinou a redução para a bandeira amarela de quase 37%, saindo de R\$ 2,989/kWh para R\$ 1,885/kWh. Já para a bandeira vermelha, patamar 1, reduziu de R\$ 6,50/kWh para R\$ 4,463/kWh (queda de 31,3%) e, o patamar 2, de R\$ 9,795/kWh para R\$ 7,877/kWh (redução de quase 20%).

BANCO CENTRAL

# Para Campos Neto, parte fiscal no Brasil é a parte mais difícil

CÉLIA FROUFE  
E FERNANDA TRISOTTO/AE

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou nesta sexta-feira, que a parte fiscal no Brasil é a mais difícil e reconheceu que o País tem muita dificuldade em cortar gastos. Ele também falou sobre a revisão de metas fiscais para os próximos anos, promovida pelo Executivo, pontuando que há uma percepção de que ficaria mais difícil estabilizar a dívida após esse movimento. Em relação ao fiscal, ele pontuou que

sempre houve grande diferença entre as expectativas do governo e do mercado. "É importante perseverar na parte fiscal, porque dá mais poder e potência para a política monetária.

Com as revisões fiscais, o mercado não mudou muito suas projeções, o que é bom sinal. A parte fiscal não tem uma relação mecânica com a monetária, mas pode contaminar", disse. Ele disse que a autoridade monetária passará a olhar mais para dívida e a política fiscal no Brasil, principalmente por causa do cenário dos EUA.

**RSSC SHOPPING CENTERS S.A.**

CNPJ: 05.919.849/0001-87

**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2023**  
(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
<b>ATIVOS</b>	756.020	721.309
<b>CIRCULANTES</b>	17.461	15.558
Caixa e equivalentes de caixa	7.965	6.518
Contas a receber	9.254	8.976
Impostos e contribuições	-	3
Empréstimos concedidos a terceiros	240	60
Outros ativos	2	1
<b>NÃO CIRCULANTES</b>	738.559	705.751
Contas a receber	322	566
Depósitos judiciais	5.154	4.823
Empréstimos concedidos a terceiros	120	300
Propriedades para investimentos	732.963	700.062
<b>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	756.020	721.309
<b>CIRCULANTES</b>	11.343	7.412
Contas a pagar com terceiros	255	416
Contas a pagar com sociedades ligadas	8.480	4.633
Impostos e contribuições	1.719	1.630
Receita diferida	889	734
<b>NÃO CIRCULANTES</b>	96.396	91.811
Impostos e contribuições diferidos	94.023	89.735
Provisões	126	499
Receita diferida	2.247	1.577
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	648.281	622.085
Capital social	296.166	286.702
Reserva de lucros	352.115	335.383

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO:** Senhores Acionistas: Atendendo disposições legais e estatutárias, a Administração da RSSC Shopping Centers S.A., tem a honra de submeter à apreciação de V.Sas. Demonstrações Financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Os valores apresentados revelam os resultados alcançados no exercício, bem como a posição patrimonial da Sociedade. Colocamo-nos à disposição para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. A Administração.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**  
(Em milhares de reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Investimento e capital de giro		
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	286.702	31.349	290.547	(0)	608.598
Dividendos pagos (R\$ 765,27 por lote de mil ações)	-	-	(20.386)	(0)	(20.386)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	38.492	38.492
Destinação do lucro líquido do exercício:					
Reserva legal	-	1.924	-	(1.924)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 173,39 por lote de mil ações)	-	-	-	(4.619)	(4.619)
Reserva de investimento e capital de giro	-	-	31.949	(31.949)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	286.702	33.273	302.110	(0)	622.085
Dividendos pagos (R\$ 1.347,87 por lote de mil ações)	-	-	(35.906)	(0)	(35.906)
Aumento de capital	9.463	-	(9.463)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	70.570	70.570
Destinação do lucro líquido do exercício:					
Reserva legal	-	3.529	-	(3.529)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 317,88 por lote de mil ações)	-	-	-	(8.468)	(8.468)
Reserva de investimento e capital de giro	-	-	58.573	(58.573)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>	296.165	36.802	315.314	(0)	648.281

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023** (Em milhares de reais)

**FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS** 31/12/2023 31/12/2022

Lucro líquido do exercício	70.570	38.492
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Provisão para devedores duvidosos	468	3.716
Provisões (reversões)	(373)	(1)
Ganho nas propriedades para investimento	(29.082)	(10.027)
Impostos e contribuições diferidos	4.288	1.989
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(662)	(430)
Impostos e contribuições	3	(1)
Depósitos judiciais	42	122
Contas a receber com sociedades ligadas	-	7
Outros ativos	(1)	(1)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Contas a pagar com terceiros	(161)	361
Impostos e contribuições	6.307	5.908
Imposto de renda e contribuição social pagos durante o exercício	(6.218)	(5.719)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) pelas atividades operacionais	45.181	34.421
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Investimentos em propriedades para investimento	(3.209)	(3.888)
Caixa gerado pelas atividades de investimentos	(3.209)	(3.888)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Dividendos pagos	(40.525)	(28.149)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(40.525)	(28.149)
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	1.447	2.384
<b>SALDO INICIAL</b>	6.518	4.134
<b>SALDO FINAL</b>	7.965	6.518
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	1.447	2.384

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**1. Informações Gerais:** A Sociedade tem por objeto social a locação de bens imóveis próprios e a administração de bens imóveis próprios e de terceiros, principalmente os situados em shopping centers; a compra e venda de imóveis construídos ou em construção; a corretagem, a incorporação de imóveis próprios, construídos ou em construção; a promoção de eventos comerciais e industriais; prestação de serviços e assessoramento na área de shopping centers, por conta própria ou por representação, tais como planejamento e assessoria de vendas, assessoria econômico financeira; assessoria em serviços de publicidade, propaganda e comunicação, análise e processamento de dados e a participação em outras sociedades; serviços de diversão e entretenimento e auxiliares, incluindo espetáculos e atividades afins; e a exposição de veículos automotores. **2. Declaração de Conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **3. Principais Políticas Contábeis:** Caixa e Equivalentes de Caixa - representam saldo de caixa, depósitos bancários a vista e aplicações financeiras. Contas a Receber - representam direitos de alugueis a receber, cuja contrapartida é o resultado do exercício, incluindo rendimentos e variações monetárias auferidas. Propriedades para Investimento - representam propriedades mantidas para obter renda com alugueis e/ou valorização do capital, incluindo imobilizações em andamento para tal propósito. Impostos e Contribuições Diferidos - representam impostos diferidos reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Capital Social - Está representado por 26.639 lotes de mil ações ordinárias nominativas, sem valor. Receita Líquida - É mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções ou descontos comerciais e impostos incidentes sobre a receita.

**DIRETORIA:** Filipe Araujo Leite de Vasconcelos - Diretor Presidente; Ilton Nobrega dos Santos - Diretor Financeiro; Flavia Ganem da Fonseca - Diretora Jurídica; Gustavo Carvalho Pierotti - Diretor Comercial; Fábio de Oliveira Nametz - Diretor Técnico.

**CONTADORA:** Elaine dos Santos Borges de Almeida CRC-RJ - 092112/O-0.

**CBC SHOPPING CENTERS S.A.**

CNPJ: 05.920.451/0001-60

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO:** Senhores Acionistas: Atendendo disposições legais e estatutárias, a Administração da CBC Shopping Centers S.A., tem a honra de submeter à apreciação de V.Sas. Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Os valores apresentados revelam os resultados alcançados no exercício, bem como a posição patrimonial da Sociedade. Colocamo-nos à disposição para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. A Administração.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2023**  
(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
<b>ATIVOS</b>	9.115	7.196
<b>CIRCULANTES</b>	8.490	9.392
Caixa e equivalentes de caixa	-	6
Contas a receber	-	1
Impostos e contribuições	-	1
Outros ativos	-	1
Total dos ativos circulantes	17.605	16.595
<b>NÃO CIRCULANTES</b>	530	705
Contas a receber	1.259	1.304
Depósitos judiciais	732.963	700.062
Propriedades para investimentos	734.752	702.071
Total dos ativos não circulantes	752.357	718.666
<b>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
<b>CIRCULANTES</b>	130	148
Contas a pagar com terceiros	9.573	6.544
Contas a pagar com sociedades ligadas	1.958	1.864
Impostos e contribuições	1.175	1.091
Receita diferida	12.836	9.646
Total dos passivos circulantes	93.081	88.600
<b>NÃO CIRCULANTES</b>	1.129	1.546
Impostos e contribuições diferidos	4.597	5.375
Provisões	98.807	95.521
Receita diferida	-	-
Total dos passivos não circulantes	289.898	289.898
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	350.816	323.600
Capital social	640.714	613.498
Reserva de lucros	752.357	718.666

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**  
(Em milhares de reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Investimento e capital de giro		
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	289.898	33.596	276.890	(0)	600.384
Dividendos pagos (R\$ 1.183,79 por lote de mil ações)	-	-	(34.518)	-	(34.518)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	54.129	54.129
Destinação do lucro líquido do exercício:					
Reserva legal	-	2.706	-	(2.706)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 222,78 por lote de mil ações)	-	-	-	(6.496)	(6.496)
Reserva de investimento e capital de giro	-	-	44.926	(44.926)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	289.898	36.302	287.298	(0)	613.498
Dividendos pagos (R\$ 1.471,38 por lote de mil ações)	-	-	(42.904)	-	(42.904)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	79.682	79.682
Destinação do lucro líquido do exercício:					
Reserva legal	-	3.984	-	(3.984)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 327,93 por lote de mil ações)	-	-	-	(9.562)	(9.562)
Reserva de investimento e capital de giro	-	-	66.136	(66.136)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>	289.898	40.286	310.530	(0)	640.713

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023** (Em milhares de reais)

**FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS** 31/12/2023 31/12/2022

Lucro líquido do exercício	79.682	54.129
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Provisão para devedores duvidosos	637	1.151
Provisões (reversões)	(417)	522
Ganho nas propriedades para investimento	(30.315)	(12.957)
Impostos e contribuições diferidos	4.481	2.597
(Aumento) redução nos passivos operacionais:		
Contas a receber	435	1.689
Impostos e contribuições	6	(5)
Depósitos judiciais	45	(76)
Contas a receber com sociedades ligadas	-	7
Outros ativos	1	(1)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Contas a pagar com terceiros	(18)	52
Receita diferida	(694)	(67)
Impostos e contribuições	7.246	6.453
Imposto de renda e contribuição social pagos durante o exercício	(7.152)	(6.016)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) pelas atividades operacionais	53.936	47.477
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Investimentos em propriedades para investimento	(2.617)	(1.689)
Caixa gerado pelas atividades de investimentos	(2.617)	(1.689)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Dividendos pagos	(49.400)	(42.148)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(49.400)	(42.148)
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	1.919	3.640
<b>SALDO INICIAL</b>	7.196	3.556
<b>SALDO FINAL</b>	9.115	7.196
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	1.919	3.640

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**1. Informações Gerais:** A Sociedade tem por objeto social a locação de bens imóveis próprios e a administração de bens imóveis próprios e de terceiros, principalmente os situados em shopping centers; a compra e venda de imóveis construídos ou em construção; a corretagem, a incorporação de imóveis próprios, construídos ou em construção; a promoção de eventos comerciais e industriais; prestação de serviços e assessoramento na área de shopping centers, por conta própria ou por representação, tais como planejamento e assessoria de vendas, assessoria econômico financeira; assessoria em serviços de publicidade, propaganda e comunicação, análise e processamento de dados e a participação em outras sociedades; serviços de diversão e entretenimento e auxiliares, incluindo espetáculos e atividades afins; e a exposição de veículos automotores. **2. Declaração de Conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **3. Principais Políticas Contábeis:** Caixa e Equivalentes de Caixa - representam saldo de caixa, depósitos bancários a vista e aplicações financeiras. Contas a Receber - representam direitos de alugueis a receber, cuja contrapartida é o resultado do exercício, incluindo rendimentos e variações monetárias auferidas. Propriedades para Investimento - representam propriedades mantidas para obter renda com alugueis e/ou valorização do capital, incluindo imobilizações em andamento para tal propósito. Impostos e Contribuições Diferidos - representam impostos diferidos reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Capital Social - Está representado por 29.159 lotes de mil ações ordinárias nominativas, sem valor. Receita Líquida - É mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções ou descontos comerciais e impostos incidentes sobre a receita.

**DIRETORIA:** Filipe Araujo Leite de Vasconcelos - Diretor Presidente; Ilton Nobrega dos Santos - Diretor Financeiro; Flavia Ganem da Fonseca - Diretora Jurídica; Gustavo Carvalho Pierotti - Diretor Comercial; Fábio de Oliveira Nametz - Diretor Técnico.

**CONTADORA:** Elaine dos Santos Borges de Almeida CRC-RJ - 092112/O-0.



**Combrascan  
Shopping Centers**

CNPJ 28.189.439/0001-23

acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, quando aplicáveis, e representam as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das operações da Companhia. **3.15. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, e que seja provável que a Companhia será requerida a liquidar tal obrigação, e esta possa ser confiavelmente mensurada. O montante reconhecido como provisão representa a melhor estimativa da contraprestação que será devida para liquidar a obrigação na data do balanço, levando-se em consideração os riscos e as incertezas em torno da obrigação. **Provisão para riscos:** Durante o curso normal de suas atividades, a Companhia e suas controladas estão expostas a reclamações de natureza fiscal, cível, trabalhista e previdenciária. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais externos da Companhia e de suas controladas. As provisões são revisadas e ajustadas para considerar alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Riscos contingentes avaliados como de probabilidade de perda possível são divulgados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, porém não reconhecidos em conta específica do passivo. **3.16. Reconhecimento de receitas:** As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando puderem ser mensuradas de forma confiável. As receitas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzindo-se quaisquer cancelamentos, descontos comerciais e/ou bonificações concedidas aos clientes, bem como impostos ou encargos sobre os serviços prestados (Nota 14). **Receita de aluguel:** As receitas de aluguel das propriedades para investimento são reconhecidas linearmente no resultado exercício, com base no prazo do respectivo contrato de arrendamento. Essas operações são classificadas como arrendamentos operacionais, uma vez que a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo. Quando aplicável, os incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo prazo do contrato de arrendamento. **Receita "res sperata":** Refere-se à apropriação mensal, pelo regime de competência, dos valores referentes à comercialização dos títulos de preferência dos pontos comerciais ("lúvas"). Os valores de "res sperata" são contabilizados como receitas diferidas, no passivo, no momento da assinatura do primeiro contrato de locação, diminuídos de seus custos correspondentes, sendo apropriados ao resultado de forma linear, com base no prazo do contrato de aluguel das respectivas lojas a que se referem, a partir do início da locação. O prazo médio dos contratos de locação com "res sperata" é de 60 (sessenta) meses. **Receita de prestação de serviços:** Refere-se, substancialmente, às receitas com a prestação de serviços de administração de shopping center e edifício comercial, sendo apropriadas ao resultado de acordo com o regime de competência. As receitas de serviços prestados do Grupo estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; • Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3%; • Imposto sobre Serviço (ISS) - 5%. **3.17. Custo dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas:** Os custos e as despesas operacionais são registrados de acordo com sua natureza. A segregação dos gastos entre custo dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas se dá por meio do registro dos departamentos organizacionais (por exemplo, centros de custo) em que os gastos são incorridos. Os custos e as despesas são contabilizados pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração (Nota 15). **3.18. Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. **Impostos correntes:** O imposto de renda e a contribuição social da Companhia são calculados com base na sistemática do lucro real. Quando da existência de base positiva, as provisões para o imposto de renda e contribuição social são constituídas com base no lucro ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário, quando aplicável, às alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável superior a R\$240, para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Quando aplicável, os adiantamentos de imposto de renda e contribuição social efetuados durante o exercício são registrados no ativo circulante ("Impostos e contribuições a recuperar") e compensados com o imposto de renda e a contribuição social a pagar, registrados no passivo circulante ("Impostos e contribuições a recolher"). As controladas ALS, RSSC e CBC adotam como regime de tributação o lucro presumido com base no regime de caixa e a controlada DIX o regime do lucro presumido com base no regime de competência. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios em que se espera realizar os ativos, sobre as diferenças temporárias (diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos e sua base fiscal), incluindo os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social, quando aplicável. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Os impostos diferidos são reconhecidos à medida que seja provável a existência de lucro tributável futuro contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada e os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social possam ser compensáveis. Os impostos diferidos passivos calculados sobre o ganho apurado na avaliação a valor justo das propriedades para investimento foram calculados com base na alíquota efetiva do regime de tributação do lucro presumido para a parcela do custo histórico relativa às edificações e outros ativos, e com base na alíquota efetiva de 34% (lucro real) para a parcela do custo histórico relativa aos terrenos. Nas situações em que for aplicável, os impostos diferidos ativos e passivos são registrados pelo líquido, seja no ativo ou passivo não circulante. **Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício:** O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício. **3.19. Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras são representadas, substancialmente, por rendimentos sobre aplicações financeiras e atualização monetária de depósitos judiciais (receitas) e despesas bancárias (despesas), dentre outros, sendo registradas em conformidade com o regime de competência (Nota 16). **3.20. Instrumentos financeiros: Reconhecimento de ativos e passivos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são registrados pelo valor justo no momento da contratação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a efetuar a compra ou a venda, sendo que, para aqueles não classificados na categoria valor justo por meio do resultado, esse valor inclui todos os custos incorridos na operação. **Classificação dos instrumentos financeiros:** A Companhia adota o Pronunciamento Técnico CPC 48 - **Instrumentos Financeiros** para fins de classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Essa norma estabelece três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado ("Custo amortizado"); (ii) mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"); e (iii) mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"). (i) Custo amortizado: Compreende os ativos financeiros não derivativos mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, sendo os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, reconhecidos no resultado pelo regime de competência. Para os exercícios apresentados, a Companhia possui caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e de partes relacionadas e empréstimos concedidos a terceiros nesta categoria. (ii) VJORA: Esta categoria registra os ativos financeiros não derivativos mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais (compostos exclusivamente de pagamentos de principal e juros) quanto pela venda de ativos financeiros. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, com ganhos e perdas levados ao patrimônio líquido, enquanto os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência. Para investimentos específicos em instrumentos patrimoniais, que de outro modo seriam mensurados ao VJR, a Administração pode efetuar uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial de apresentar mudanças subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes. A Companhia não possui ativos financeiros nesta categoria. (iii) VJR: Os ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA são classificados na categoria VJR, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado. A Administração também pode, no reconhecimento inicial, designar de modo irrevogável um ativo financeiro como mensurado ao VJR se, ao fazê-lo, puder eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, poderia resultar da mensuração de ativos ou passivos, e respectivos ganhos e perdas, em bases diferentes. A Companhia não possui ativos financeiros nesta categoria. Todos os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. **Avaliação do valor recuperável de ativos financeiros:** Ativos financeiros, que não são mensurados ao VJR possuem seu valor recuperável avaliado a cada data de balanço. Ativos financeiros são considerados sob a perspectiva de perda do valor recuperável quando houver evidência objetiva que, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento tenham sido afetados. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a Companhia não reconheceu perdas no valor recuperável de ativos financeiros. **Baixa de ativos e passivos financeiros:** Ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber seus fluxos de caixa expiram, em virtude de liquidação financeira, inexistência de perspectiva de realização ou perda do direito de realização; ou a Companhia transfere os direitos de receber os fluxos de caixa, transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Nos casos em que não há transferência ou retenção substancial de todos os riscos e benefícios da propriedade, os ativos financeiros são baixados se não houver retenção de controle sobre o ativo financeiro transferido. Ao baixar um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil e a contraprestação recebida será reconhecida no resultado. Passivos financeiros são baixados quando as obrigações são quitadas, canceladas ou expiram. **Compensação entre ativos e passivos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.21. Distribuição de dividendos:** A política contábil de reconhecimento de dividendos está em conformidade com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - **Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes** e na Interpretação Técnica ICPAC 08 (R1) - **Contabilização da Proposta de Pagamentos de Dividendos**, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. Conforme definido no acordo de acionistas, observados os preceitos legais, a Companhia deverá distribuir dividendos aos seus acionistas nos termos do Estatuto Social, que estabelece o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 12% (doze por cento) calculados sobre o lucro líquido do exercício antes de qualquer destinação de reservas, salvo deliberação contrária pela Assembleia Geral de Acionistas, conforme dispõe o Art. 202, § 3º da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das Sociedades por Ações"). As destinações para reservas, por conseguinte, são realizadas conforme propostas encaminhadas pela Diretoria e entendimentos mantidos com os membros do Conselho de Administração da Companhia. O saldo remanescente do lucro líquido do exercício terá o destino que lhe for deliberado em Assembleia Geral de Acionistas. O dividendo mínimo obrigatório é reconhecido como passivo ao encerramento de cada exer-

cício. **3.22. Demonstração dos fluxos de caixa:** A demonstração dos fluxos de caixa é preparada em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - **Demonstração dos Fluxos de Caixa**, por meio do método indireto, no qual segregam-se os fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, reconciliando-se o lucro líquido (prejuízo) do exercício com os fluxos de caixa líquidos e com a variação do caixa e equivalentes de caixa. As alterações nos itens do balanço patrimonial que não resultaram em fluxos de caixa, tais como variações de valor justo das propriedades para investimento e demais itens não monetários, foram eliminadas para efeitos de preparação desta demonstração. A Companhia e suas controladas classificam na demonstração dos fluxos de caixa os dividendos recebidos como atividade de investimento, por entender que os dividendos recebidos representam um retorno sobre os investimentos. Quando aplicável, os dividendos pagos aos sócios acionistas são classificados como atividades de financiamento. **4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas:** Na aplicação das principais políticas contábeis da Companhia (Nota 3), a Administração exerce julgamentos e desenvolve estimativas para os valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e premissas associadas são baseadas na experiência histórica e demais fatores considerados relevantes e, portanto, os resultados futuros podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas subjacentes são continuamente revisadas pela Administração da Companhia. Os efeitos das revisões nas estimativas contábeis são reconhecidos prospectivamente. A Administração concluiu que os julgamentos e estimativas consideradas mais significativas na elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são as seguintes: **4.1. Mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas em contas a receber:** O Grupo estima perdas no valor recuperável das contas a receber de clientes, quando existe evidência objetiva de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do recebível e tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados, os quais podem ser estimados de forma confiável. Tais evidências incluem insolvência, inadimplência ou uma probabilidade significativa de um devedor declarar falência (Nota 6). **4.2. Mensuração do valor justo das propriedades para investimento:** A Companhia avalia suas propriedades para investimento a valor justo, sendo as mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia contratou avaliadores independentes especializados para determinar o valor justo das propriedades para investimento. Os referidos avaliadores utilizaram o método de abordagem de receita (fluxo de caixa descontado). As principais premissas adotadas na determinação do valor justo das propriedades para investimento são detalhadas na nota explicativa nº 10. **4.3. Provisões para perdas em processos judiciais e outras obrigações:** As reclamações contra o Grupo, incluindo reclamações não declaradas ou avaliações, são reconhecidas como passivo e/ou divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a menos que a probabilidade de perda seja considerada remota. Créditos e provisões para outras obrigações são registrados quando a perda é provável e o montante puder ser estimado de forma confiável. As reclamações e demais obrigações similares poderão ser liquidadas quando ocorrerem um ou mais eventos futuros. Normalmente, a ocorrência de tais eventos não está sob o controle do Grupo e, portanto, a avaliação desses passivos está sujeita a diversos graus de incerteza jurídica e interpretação, e requer que a Administração faça uso de estimativas e exerça julgamentos significativos. Certas condições podem existir à data da emissão das demonstrações financeiras, podendo resultar em prejuízo para o Grupo, mas que somente será resolvido quando ocorrerem ou não ocorrerem tais eventos futuros. A Administração e seus assessores legais externos avaliam tais passivos contingentes, e tal avaliação envolve inerentemente um exercício de julgamento. Os assessores legais externos do Grupo avaliam as perdas decorrentes de processos judiciais pendentes contra o Grupo ou de reclamações não garantidas que possam resultar desses processos, avaliando os méritos percebidos de quaisquer processos judiciais ou reclamações não declaradas, bem como os méritos percebidos do montante de negociação neles procurados ou esperados. Se a avaliação de uma contingência indicar que é provável que um prejuízo material tenha sido incorrido e o montante do passivo puder ser estimado de forma confiável, então o passivo estimado é provisionado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas (Nota 11.2). Se a avaliação indicar que uma contingência de perda potencialmente material não é provável, mas é razoavelmente possível, então a natureza do passivo contingente é divulgada em nota explicativa às demonstrações financeiras individuais e consolidadas (Nota 11.3). **4.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos e a recuperar:** A Companhia registra ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais, quando aplicáveis. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Companhia espera gerar lucros tributáveis futuros suficientes com base em projeções e previsões orçamentárias elaboradas pela Administração. Estas projeções e previsões orçamentárias incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho operacional e financeiro da Companhia, ao volume de serviços, outras taxas e fatores que podem diferir das estimativas atuais. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado ao final de cada exercício e, se aplicável, reduzido na medida em que não seja provável lucros tributáveis suficientes para permitir a recuperação total ou parcial do ativo (Nota 7.3). **5. Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e depósitos bancários	3	8	3.226	4.276
Aplicações financeiras <sup>(i)</sup>	-	-	21.520	17.014
	3	8	24.746	21.290

(\* As aplicações financeiras são representadas, substancialmente, por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, com rentabilidade média pós-fixada de 101,83% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 2023 (102,49% em 2022), tendo conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e podendo ser resgatadas a qualquer momento sem perdas significativas dos rendimentos a serem auferidos. **6. Contas a receber de clientes (consolidado)** 31/12/2023 31/12/2022

	31/12/2023	31/12/2022
Localização de lojas, administração e arrendamento de estacionamento <sup>(i)</sup> :		
A vencer	23.472	24.236
Vencidos	24.256	35.190
Subtotal	47.728	59.426
Provisão para perdas de crédito esperadas em contas a receber	(20.832)	(31.415)
Contas a receber de clientes, líquido	26.896	28.011
Circulante	25.807	21.419
Não circulante	1.089	6.592

(\* As contas a receber de clientes possuem prazo médio de vencimento de 30 dias, sendo os encargos (juros de mora e multas) cobrados de acordo com os contratos vigentes e negociação entre as partes. A celebração dos contratos de locação dos espaços comerciais e de uso comum do shopping center Rio Sul é necessariamente precedida da avaliação individual da idoneidade e da capacidade financeira do potencial locatário, mediante análise de documentos contábeis, fiscais, certidões, dentre outros. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia e suas controladas não registraram contabilmente os encargos locatícios com base nos contratos vigentes, em decorrência da expectativa remota de realização destes valores (Nota 3.5). A seguir está demonstrada a composição, por vencimento, dos valores vencidos e não incluídos na provisão para perdas de crédito esperadas em contas a receber:

	2023	2022
Saldo no início do exercício	(31.415)	(21.539)
Reversão (provisão) de títulos <sup>(ii)</sup>	754	(5.014)
Atualização monetária	(3.955)	(4.862)
Baixa de títulos incobráveis <sup>(iii)</sup>	7.382	-
Saldos no fim do exercício	(20.832)	(31.415)

(i) A redução da provisão para perdas de crédito esperadas em contas a receber, durante o exercício de 2023, se deu em função da Administração do Grupo, mediante orientação de seus assessores legais externos, que optaram por alterar a probabilidade de perda dos casos cujas ações não apresentaram evolução, bem como efetuar baixas de irrecuperáveis, seja em razão de pesquisas de bens (potenciais garantias) sem resultados positivos, ou por tentativas frustradas de recuperação dos créditos. A tratativa dada pela Administração não deu por encerradas as ações em curso, exceto as baixadas como irrecuperáveis, sendo certo que as referidas demandas judiciais seguem sendo patrocinadas pelos assessores legais externos, sendo monitoradas tempestivamente pelo departamento jurídico da Companhia. **7. Impostos e contribuições: 7.1. Impostos e contribuições a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ/CSLL	4.726	4.473		
PIS/COFINS	547	514		
Outros	220	202		
Total	5.493	5.189		

Os impostos e contribuições a recolher representam obrigações registradas pelo regime de competência, e sua liquidação é efetuada de acordo com suas respectivas datas de vencimento. **7.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos (Consolidado)** 31/12/2023 31/12/2022

	2023	2022
IRPJ/CSLL diferidos passivos <sup>(i)</sup>	272.335	259.294
PIS/COFINS diferidos passivos	622	515
	272.957	259.809

(\* Referem-se, substancialmente, aos impostos diferidos calculados sobre a diferença temporária oriunda dos ajustes a valor justo das propriedades para investimento e o valor do custo de aquisição, com base na alíquota efetiva do regime de tributação do lucro presumido para a parcela relativa às edificações e com base na alíquota efetiva de 34% para a parcela relativa aos terrenos. **7.4. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado:** As despesas e os benefícios com o imposto de renda e a contribuição social nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, encontram-se apresentados na reconciliação do imposto entre a alíquota oficial e a alíquota efetiva, conforme demonstrado a seguir:

	2023	2022
Resultado antes dos impostos	241.889	131.717
Resultado de equivalência patrimonial	(212.055)	(136.843)
Outras diferenças permanentes	215	385
Base de cálculo de IRPJ/CSLL	(30.049)	(4.741)
Alíquota nominal combinada de IRPJ/CSLL	34%	34%

	Controladora	
	2023	2022
IRPJ/CSLL à alíquota nominal combinada	(10.217)	(1.612)
Créditos tributários não constituídos <sup>(i)</sup>	3.628	1.612
IRPJ/CSLL reconhecidos no resultado	(6.589)	-

(\* Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não foram registrados nas demonstrações financeiras em decorrência da baixa expectativa da Companhia em gerar lucros tributários futuros para a sua realização. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia possuía os montantes de R\$36.219 e de R\$31.387, respectivamente, referentes à créditos tributários diferidos não constituídos. As controladas efetuam a apuração do imposto de renda e da contribuição social de acordo com a metodologia do lucro presumido pelo regime de caixa e competência e a controladora pela metodologia do lucro real, como segue:

	Consolidado	
	2023	2022
Receita operacional líquida	172.904	143.178
Base de cálculo - 32%	55.329	45.817
Receitas financeiras (Nota 16)	6.923	2.912
Base de cálculo do lucro presumido	62.252	48.729
Alíquota nominal combinada de IRPJ/CSLL	34%	34%
IRPJ/CSLL à alíquota nominal combinada	(21.166)	(16.568)
IRPJ/CSLL sobre resultado de ajuste a valor justo de propriedades para investimento (lucro presumido)	(12.207)	(5.852)
IRPJ/CSLL apurado controladora (lucro real)	(6.589)	-
Outros ajustes <sup>(i)</sup>	230	(2.525)
IRPJ/CSLL reconhecidos no resultado	(39.732)	(24.945)
Corrente	(26.691)	(18.002)
Diferido	(13.041)	(6.943)

(\* Referem-se às diferenças temporárias na apuração do IRPJ e da CSLL das controladas ALS, RSSC e CBC em função da metodologia do lucro presumido pelo regime caixa. **8. Empréstimos concedidos a terceiros (consolidado):** Refere-se a contratos de mútuo firmados com clientes, objetivando viabilizar substancialmente a instalação e adequação das unidades locatícias mediante execução de obras e reformas. Os montantes pactuados são liberados aos clientes com base nas condições e avanço físico das obras e reformas firmadas nos respectivos contratos. Os valores dos empréstimos concedidos são pagos pelos clientes em parcelas mensais, iguais e sucessivas, nas datas previstas em contrato, com atualização de 1% (um por cento) ao mês. O IOF incidente sobre as parcelas liberadas é apurado e reconhecido no resultado do exercício.

	31/12/2023	31/12/2022
Loja A-41	1.800	2.500
Loja B-46	360	360
Total	2.160	2.860
Circulante	1.290	810
Não circulante	870	2.050

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não houve liberação de montantes relativos aos contratos de mútuo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram liberados R\$2.478, referentes aos contratos de mútuo relacionados. **9. Investimentos em controladas:** As controladas ALS, RSSC e CBC possuem como atividade principal a locação de espaços comerciais no empreendimento Rio Sul Shopping Center, localizado na cidade do Rio de Janeiro. A controlada DIX possui como atividade principal gerenciamento e administração de bens de terceiros.

	Controladora						
	2022						
	% de participação	Patrimônio líquido (acrescido do resultado do exercício)	Lucro líquido do exercício	Valor contábil do investimento	Resultado de equivalência patrimonial		
ALS	27,446.923	100,00%	355.486	683.711	60.290	683.711	60.290
RSSC	26.639.661	100,00%	296.165	648.281	70.570	648.281	70.570
CBC	29.158.878	100,00%	289.898	640.713	79.682	640.713	79.682
DIX	432.969	99,86%	433	586	1.515	586	1.513
						1.973.291	212.055

	Controladora						
	2023						
	% de participação	Patrimônio líquido (acrescido do resultado do exercício)	Lucro líquido do exercício	Valor contábil do investimento	Resultado de equivalência patrimonial		
ALS	27.446.923	100,00%	293.716	655.694	42.649	655.694	42.649
RSSC	26.639.661	100,00%	286.702	622.084	38.492	622.084	38.492
CBC	29.158.878	100,00%	289.898	613.498	54.130	613.498	54.130
DIX	432.969	99,86%	433	586	1.574	586	1.572
						1.891.862	136.843

A movimentação dos investimentos em controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, é como segue:

	ALS	RSSC	CBC	DIX	Total
Saldo em 31/12/2021	637.482	608.598	600.384	586	1.847.050
Resultado de equivalência patrimonial	42.649	38.492	54.130	1.572	136.843
Dividendos recebidos e propostos <sup>(i)</sup>	(24.437)	(25.006)	(41.016)	(1.572)	(92.031)
Saldo em 31/12/2022	655.694	622.084	613.498	586	1.891.862

Resultado de equivalência patrimonial 60.290 70.570 79.682 1.513 212.055

	Controladora						
	2022						
	% de participação	Patrimônio líquido (acrescido do resultado do exercício)	Lucro líquido do exercício	Valor contábil do investimento	Resultado de equivalência patrimonial		
ALS	27.446.923	100,00%	293.716	655.694	42.649	655.694	42.649
RSSC	26.639.661	100,00%	286.702	622.084	38.492	622.084	38.492
CBC	29.158.878	100,00%	289.898	613.498	54.130	613.498	54.130
DIX	432.969	99,86%	433	586	1.574	586	1.572
						1.891.862	136.843

Saldo no início do exercício 2.121.400 2.074.200

Adições <sup>(ii)</sup> 9.924 8.448

Ganho com ajuste a valor justo 88.845 37.712

Ajuste de linearização dos aluguéis <sup>(iii)</sup> 931 1.040

Saldo no final do exercício 2.221.100 2.121.400

(j) Gastos diretos (incluindo reparos e manutenções) provenientes das propriedades para investimento. (ii) Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os reajustes de degraus previstos nos contratos de locação, nos montantes de R\$3.149 e R\$2.219, respectivamente, foram considerados na mensuração de valor justo das propriedades para investimento. Os valores justos das propriedades para investimento foram determinados com base em laudo de avaliação econômico-financeira ("Laudo"), elaborado por empresa de avaliação independente, que utilizou o método de abordagem de receita (fluxo de caixa descontado). As principais premissas consideradas na elaboração do Laudo referem-se às receitas e despesas operacionais projetadas, taxas de crescimento e de desconto, dentre outras. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Laudo foi efetuatedo utilizando como base, exclusivamente, o método de abordagem de receita (fluxo de caixa descontado). Este método é determinado com base na performance real das propriedades por um período de 10 anos, considerando a perpetuidade a partir do décimo ano. **11. Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas:** 11.1 **Ativos contingentes:** A Companhia não possui ativos contingentes contabilizados.

Combrascan  
Shopping Centers

CNPJ 28.189.439/0001-23

não sejam decorrentes, exclusivamente, das vendas de mercadorias e serviços ("Receitas Financeiras"); e (ii) declarou constitucional a incidência da COFINS sobre a venda e locação de bens imóveis. Diante disso, com base nos extratos da conta judicial nº 0625.635.01002045-3 obtidos junto à instituição financeira custodiante (Caixa Econômica Federal-CEF), a Companhia requereu em juízo o levantamento das parcelas de COFINS sobre as Receitas Financeiras, que correspondem ao montante atualizado de R\$2.795. Como o saldo remanescente, no montante de R\$23.525, se referia às parcelas de COFINS incidentes sobre a venda e locação de bens imóveis, o referido montante foi convertido em renda para a União Federal e o processo arquivado. Por fim, no que diz respeito ao Mandado de Segurança nº 99.0019358-0, no qual se discute a incidência de PIS sobre as receitas de locação e venda de imóveis e quaisquer outras operações que não configurem vendas de mercadorias e serviços (Lei nº 9.718/98), o processo permanece suspenso aguardando o pronunciamento definitivo do STF nos autos do RE nº 599.658/SP (Tema nº 630): "Inclusão da receita decorrente da locação de bens imóveis na base de cálculo da Contribuição ao PIS, tanto para as empresas que tenham por atividade econômica preponderante esse tipo de operação, como para as empresas em que a locação é eventual e subsidiária ao objeto social principal." Em 31 de dezembro de 2023, encontra-se provisionado no passivo não circulante, o risco de perda considerado como provável no montante de R\$4.321 (R\$29.959 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia possui depósito judicial para o processo no montante de R\$4.321 em 31 de dezembro de 2023 (R\$29.959 em 31 de dezembro de 2022). A movimentação da provisão nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2021	31.858	32.981
Adições	107	2.183
Reversões	-	(776)
Atualizações monetárias	1.054	1.054
Saldo em 31/12/2022	33.019	35.442
Adições	10	45
Reversões	(29.152)	(30.312)
Atualizações monetárias	881	881
Saldo em 31/12/2023	4.758	6.056

**11.3 Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda possível:** Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os processos considerados como de probabilidade de perda possível pela Administração, e por seus consultores legais externos, não estão provisionados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e são compostos, substancialmente, por processos de natureza tributária, como segue:

	Controladora	Consolidado
Tributária (*)	58.836	58.836
Trabalhista	199	199
Cível	-	102
Outras	-	-
Total	59.035	59.137

(\*) Lucro Infraçãoário. Refere-se à execução fiscal (processo nº 0527416-14.2000.4.02.5101), ajuizada em 13/07/2000 pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN ("Exequente"), em face da Companhia ("Executada"), que tem por objeto a cobrança de créditos tributários de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ"), objeto do processo administrativo nº 100070.002942/94-98, substanciados na Certidão de Dívida Ativa-CDÁ nº 70 2 99 011380-09. 03. Com o objetivo de quitar os débitos exigidos, a Executada aderiu ao programa "REFIS IV", instituído pela Lei nº 11.941/2009 (regulamentada pela Portaria Conjunta PGFN/RFB 6/2009), na modalidade de pagamento à vista. Contudo, após diversas dificuldades na formalização de sua adesão ao REFIS IV, a Executada impetrou o Mandado de Segurança nº 0007200-69.2012.4.02.5101, que transitou em julgado com decisão favorável para reconhecer a quitação à vista do débito formalizado no âmbito do REFIS IV. Para dar cumprimento à decisão supracitada, a Companhia (Executada) requereu a conversão em renda dos depósitos judiciais efetuados nas contas bancárias vinculadas ao referido processo, desde que limitando ao montante necessário para a quitação dos débitos com os benefícios do REFIS IV, qual seja, R\$4.728 (data base 11/2009), o que veio a ser deferido pelo Juízo. Ocorre que, não obstante o presente processo executivo já se encontrar na fase processual de conversão em renda, em 29 de setembro de 2023, a Exequente juntou aos autos petição sigilosa, por meio da qual requereu, entre outros aspectos, a penhora de ativos financeiros da Executada pelo Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário-SISBAJUD, com o objetivo de "garantir os valores abrangidos pela execução fiscal em epígrafe". Ao ser intimada pelo Juízo para esclarecer o pleito formulado, tendo em vista a fase processual em que se encontra o presente processo executivo (i.e., conversão dos depósitos judiciais em renda), a Exequente juntou a petição reiterando o pedido de penhora, sob a seguinte justificativa: (i) haveria indicativo de movimentação financeira recente na base de dados PGFN; (ii) transcorreu tempo considerável desde o último bloqueio; e (iii) o valor supostamente bloqueado é muito inferior ao valor em cobrança, sendo necessário o reforço de penhora. Atualmente, os autos estão concluídos ao Juiz para apreciação do requerido pela Exequente. 12. **Transações com partes relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os detalhes dos saldos e transações entre a Companhia e suas partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
	Ativo	Passivo
DIX (i)	2	866
ALS (ii)	7.235	5.117
RSSC (iii)	8.468	4.619
CBC (iii)	9.562	6.496
BRASC RS Shopping Center S.A. ("BRASC RS") (iv)	-	15.247
Companhia Brasileira de Shopping Centers Combrashop (v)	-	12.989
Total	25.267	28.236

(i) Referem-se aos dividendos propostos pelas controladas, a serem recebidos em exercícios subsequentes, e que, portanto, correspondem a transações não envolvendo caixa para fins da demonstração dos fluxos de caixa. (ii) Referem-se aos dividendos propostos pela Companhia, a serem pagos em exercícios subsequentes, e que, portanto, correspondem a transações não envolvendo caixa para fins da demonstração dos fluxos de caixa. (iii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram pagos aos acionistas o total de R\$124.625 (R\$98.500 no exercício de 2022) a título de dividendos, sendo R\$15.806 relativos a dividendos propostos em 2022 (R\$23.209 em 2022, relativos a dividendos propostos em 2021) e R\$108.819 (R\$75.291 em 2022) mediante reversão de reserva de investimento e capital de giro. **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, determinar o montante global da remuneração anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. A remuneração dos administradores é avaliada anualmente, considerando os seguintes principais fatores: desempenho individual no ano anterior, indicadores e movimentos do mercado e contribuição esperada do indivíduo para o crescimento da Companhia. A remuneração dos administradores (i), durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, é como segue:

	Controladora	Consolidado
	2023	2022
Benefícios de curto prazo (i)	2.309	1.417

(i) Os administradores consideram-se os diretores estatutários da Companhia. (ii) Os benefícios de curto prazo se referem, substancialmente, a remuneração fixa (pró-labore e gratificações), encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS e FGTS, dentre outros) e participação nos lucros (pagáveis dentro de 12 meses a partir da data de encerramento do exercício). O Grupo não possui benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave da Administração. 13. **Patrimônio líquido:** 13.1. **Capital social:** De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o capital autorizado é de 20.000.000 lotes de mil ações. Em 31 de dezembro de 2023, o capital subscrito, totalmente integralizado, é de R\$894.993 (R\$865.378 em 31 de dezembro de 2022), dividido em 7.574.836 lotes de mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os acionistas procederam ao aumento do capital social da Companhia no montante de R\$29.615, sem que houvesse a emissão de novas ações. Dessa forma, o capital social da Companhia passou de R\$865.378 em 31 de dezembro de 2022, para R\$894.993 em 31 de dezembro de 2023. 13.2. **Reservas de lucros:** Reserva legal: De acordo com o Art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido de cada exercício, antes de qualquer outra destinação, e não deve exceder 20% do capital social ou 30% do capital social acrescido das reservas de capital. A reserva legal tem por objetivo assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada na compensação de prejuízos ou aumento de capital, não podendo ser distribuída a título de dividendos. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia constituiu reserva legal nos montantes de R\$11.765 e de R\$6.586, respectivamente, correspondente a 5% do lucro líquido dos exercícios findos nasquelas datas. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o saldo da reserva legal é de R\$105.004 e de R\$93.239, respectivamente. **Reserva para investimentos e capital de giro:** Refere-se aos lucros não distribuídos aos acionistas em função, basicamente, do atendimento às necessidades de recursos da Companhia para aplicação em investimentos, ou seja, projetos futuros de investimento e expansão, conforme orçamento de capital e reforço do capital de giro da Companhia. Essa retenção deverá estar respaldada pelo respectivo orçamento de capital aprovado em assembleia geral de acionistas. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia constituiu reserva para investimentos e capital de giro nos montantes de R\$195.299 e de R\$109.325, respectivamente, por meio da destinação do lucro líquido do exercício após a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios. A referida constituição baseou-

se em orçamento de capital elaborado pela Administração da Companhia, a ser submetido para aprovação em Assembleia Geral Ordinária. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o saldo da reserva para investimentos e capital de giro é de R\$974.762 e R\$ R\$933.703, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo das reservas de lucros ultrapassou o capital social da Companhia, sendo, portanto, necessário promover a destinação do excesso das reservas de lucros em relação ao capital social, em atendimento ao Art. 199 da Lei das Sociedades por Ações. Atendido esse limite, a Assembleia Geral Ordinária de acionistas deliberará sobre a aplicação do referido excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. 13.3. **Distribuição de dividendos:** Os dividendos mínimos obrigatórios referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foram calculados como segue:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	235.300	131.717
Percentual dos dividendos mínimos obrigatórios (Nota nº 3.21)	12%	12%
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar	28.236	15.806

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os acionistas da Companhia aprovaram a distribuição de dividendos, na proporção de suas ações, no montante de R\$124.625 (R\$75.291 em 2022), por meio da reversão de parte do saldo da reserva para investimentos e capital de giro. Esses dividendos foram integralmente pagos durante o exercício de 2023. Os dividendos mínimos obrigatórios apurados no exercício 2022 foram integralmente liquidados aos acionistas durante o exercício de 2023, totalizando, portanto, o repasse de dividendos no exercício de 2023 no montante de R\$140.431. Os dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$28.236, foram propostos pela Administração para liquidação no exercício subsequente. 13.4. **Resultado por ação:** O resultado básico por ação é calculado por meio da divisão do resultado do exercício pela quantidade média ponderada das ações ordinárias durante o exercício. Conforme requeri-

do pelo Pronunciamento Técnico CPC 41-Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	Controladora	Consolidado
	2023	2022
Lucro líquido do exercício	235.300	131.717
Média ponderada de ações (lotes de mil ações)	7.574.836	7.574.836
Lucro líquido por ação (em reais - R\$)	31,06	17,39

A Companhia não possui potenciais ações dilutivas e, portanto, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação. 14. **Recita operacional líquida (consolidado):** A conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Receita operacional bruta	177.142	148.763
Receitas de locação/ "res sperata"	6.321	5.528
Receitas de prestação de serviços de administração	183.463	154.291
Subtotal	(3.614)	(4.804)
Receitas canceladas	179.848	149.487
Total da receita operacional bruta	(6.944)	(6.309)
Impostos e contribuições sobre a receita	172.904	143.178
Receita operacional líquida	235.300	131.717

15. **Custos, despesas comerciais, gerais e administrativas:** A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base em sua função. As demonstrações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora	Consolidado
	2023	2022
Pessoal e encargos	(5.540)	(4.416)
Condomínios e fundo de promoção	-	(7.807)
Auditoria e consultoria	(368)	(530)
Honorários advocatícios	(440)	(81)
Impostos, taxas e contribuições	(6)	(15)
Legais e judiciais	(1)	(8)
Tecnologia da informação	-	(1.081)
Propaganda e publicidade	-	(76)
Intermediação de contratos	-	(2.720)
Negociações comerciais (i)	-	(1.551)
Projetos em desenvolvimento	-	(1.343)
Obrigações com entorno do shopping	(500)	(157)
Outros	(6.855)	(5.207)
Total	(6.855)	(5.207)

Classificado como:

	2023	2022
Custo dos serviços prestados	-	(14.320)
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(6.855)	(5.207)

(\*) Refere-se, basicamente, às negociações comerciais efetuadas pelas controladas ALS, RSSC e CBC com os lojistas do shopping center.

16. **Receitas (despesas) financeiras**

	Controladora	Consolidado
	2023	2022
Receitas financeiras:		
Juros sobre aplicações financeiras e impostos a recuperar	243	191
Variações monetárias ativas (ii)	2.565	1.061
Total	2.808	1.252
Despesas financeiras:		
Variações monetárias passivas (ii)	(884)	(1.054)
Impostos e despesas bancárias	(2.389)	(10)
Total	(3.273)	(1.064)

(i) Referem-se às atualizações monetárias dos ativos, tais como contas a receber de clientes e depósitos judiciais. (ii) Referem-se às atualizações monetárias dos passivos contingentes. 17. **Outras receitas de recuperação de despesas:** Levantamento de depósitos judiciais e repêção de indébito tributário referente à Taxa de Coleta de Lixo e Limpeza Pública - TCLLP (Ação Ordinária nº 0039791-13.1996.8.19.0001). A Companhia, em conjunto com outras empresas (Condomínio do Edifício Rio Sul Center-CERSC, Combrascen Shopping Centers S.A. e Gávea Hotelaria S.A.), ajuizou a Ação Ordinária nº 0039791-13.1996.8.19.0001 em face do Município da Cidade do Rio de Janeiro, mediante a qual objetivava (i) a anulação de débitos tributários relativos à TCLLP exigidos pela municipalidade em relação ao ano de 1996, os quais foram depositados administrativamente pela Companhia nos autos do processo nº 04/00/0011515/96-7; e (ii) a recuperação dos valores que haviam sido previamente recolhidos a tal título nos exercícios de 1994 e 1995. A referida demanda judicial transitou em julgado, com desfecho favorável à Companhia e às demais empresas, que instaurou o respectivo incidente de Cumprimento de Sentença, tendo a Companhia obtido, em fevereiro de 2022, o levantamento dos valores depositados judicialmente, correlatos ao exercício de 1996, no montante total de R\$11.840, que foram devolvidos à Companhia em fevereiro de 2023. Adicionalmente, a Companhia também requereu a devolução, através de precatórios, dos pagamentos indevidos realizados nos exercícios de 1994 e 1995, devidamente corrigidos e com juros na forma da lei. Durante o exercício 2023, o Município da Cidade do Rio de Janeiro realizou a devolução dos valores pagos indevidamente pela Companhia à título de TCLLP dos exercícios de 1994 e 1995, como segue:

	2023
Recuperação depósito ação TCLLP	11.840
Recuperação indébito ação TCLLP	18.669
Atualizações depósitos e indébitos	1.218
Demais recuperações	12
Total	31.739

18. **Instrumentos Financeiros:** 18.1. **Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos:** Como política de gestão de ativos financeiros, o Grupo busca permanentemente melhorar sua rentabilidade adequada aos riscos. Para isso, são estabelecidos critérios e indicadores que demonstrem a adequação dos riscos de liquidez, de crédito e de mercado (riscos de variação de preços e de taxa de juros). Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os principais instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas estão apresentados a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
	Valor	Valor
	contá-	contá-
	bil	bil
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	3	8
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 12)	25.267	17.098
Passivos financeiros	47	111
Fornecedores	47	111
Dividendos a pagar a partes relacionadas (Nota 12)	28.236	15.806
Total	73.053	32.016
	31/12/2023	31/12/2022
	Valor	Valor
	contá-	contá-
	bil	bil
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	24.746	21.290
Contas a receber de clientes (Nota 6)	26.896	28.011
Empréstimos concedidos a terceiros (Nota 8)	2.160	2.860
Passivos financeiros	528	835
Fornecedores	528	835
Dividendos a pagar a partes relacionadas (Nota 12)	28.239	15.806
Total	53.679	42.726

A Companhia não possui contratos a termo, opções, *swaptions*, *swaps* com

opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e derivativos "exóticos". A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando dessa forma seu compromisso com sua política conservadora de gestão de caixa. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o Grupo não operou com instrumentos financeiros derivativos. 18.2. **Gestão dos riscos financeiros:** A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, de crédito e de mercado, conforme descrito a seguir: **Risco de liquidez:** O risco de liquidez representa a exposição da Companhia à insuficiência de recursos de alta liquidez para cumprir com suas obrigações financeiras, devido ao descaçamento de prazos ou volume nos fluxos de caixa estimados da Companhia. O risco de liquidez é gerenciado por meio da manutenção de reservas adequadas, efetuando o contínuo monitoramento dos fluxos de caixa real e projetado e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A tabela a seguir detalha a análise de liquidez da Companhia para seus passivos financeiros. A tabela foi elaborada com base nos fluxos de caixa contratuais não descontados para os instrumentos financeiros. Quando o montante a pagar não é fixado, o montante divulgado foi determinado por meio da projeção de taxas juros conforme a curva de remuneração destas taxas ao final do exercício.

Ano	Fornecedores		Dividendos a pagar a partes relacionadas		Total	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/2023					
2023	47	528	28.236	28.239	28.283	28.767
Total	47	528	28.236	28.239	28.283	28.767
	31/12/2022					
2022	111	835	15.806	15.806	15.917	16.641
Total	111	835	15.806	15.806	15.917	16.641

**Risco de crédito:** O risco de crédito se refere ao risco da possibilidade de descumprimento (*de/ default*) de uma contraparte das suas obrigações contratuais resultando em perdas financeiras para a Companhia. Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração do risco de crédito são primariamente: o caixa e equivalentes de caixa (risco de crédito bancário) e as contas a receber de clientes e de partes relacionadas e os empréstimos concedidos a terceiros. Os montantes de exposição máxima desses instrumentos financeiros estão divulgados nas notas explicativas nº 5, 6, 12 e 8, respectivamente. No que se refere ao risco de crédito bancário, a prática da Companhia é depositar o caixa e equivalentes de caixa em instituições financeiras com níveis de classificação (*ratings*) de crédito considerados adequados pela Administração. A Companhia limita o montante de exposição a qualquer instituição financeira de modo a minimizar sua exposição ao risco de crédito. Em relação ao risco de clientes (incluindo partes relacionadas), o Grupo, por meio de controles internos, monitora permanentemente o nível de suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes. **Risco de variação de preço:** As receitas do Grupo são decorrentes, substancialmente, de aluguéis de lojistas do shopping center. Em geral, os contratos de aluguel são atualizados conforme a variação anual do IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Os níveis de locação podem variar em virtude de condições econômicas adversas e, com isso, o nível das receitas poderá vir a ser afetado. A Administração da Companhia monitora esses riscos como forma de minimizar os impactos em seus negócios. **Risco de taxa de juros:** Refere-se ao risco de o Grupo incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros, que diminuem as receitas financeiras relativas às aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa. Conforme divulgado na nota explicativa nº 5, as aplicações financeiras do Grupo são representadas por CDBs, com remuneração fixa atrelada a um percentual da variação do CDI, pós-fixado, estando, portanto, atreladas ao risco de mercado correspondente. A análise de sensibilidade apresentada a seguir foi elaborada pela Administração com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos, indexados ao CDI, na data do balanço. Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, acima do cenário provável.

Operação	Consolidado		
	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Taxa efetiva anual do CDI - 31/12/2023 (i)	13,04%	13,04%	13,04%
Aplicações financeiras (Nota 5)	21.520	21.520	21.520
Taxa anual estimada do CDI (ii)	10,75%	8,06%	5,38%

Resultado líquido: (493) (1.072) (1.648)

(i) Taxa efetiva de 13,04% correspondente ao CDI acumulado em 2023. (ii) Juros calculados com base na projeção do CDI para o ano de 2024, representando a média da taxa SELIC para o referido exercício (Mediana-Agregado), com base nas expectativas de mercado divulgadas em 15 de março de 2024, pelo Banco Central do Brasil-BACEN, por meio do Relatório de Mercado Focus datado de 15 de março de 2024. 18.3. **Crítérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos:** Em 31 de dezembro de 2023, a Administração do Grupo procedeu à avaliação dos valores justos de seus principais instrumentos financeiros utilizando técnicas usuais de precificação de mercado que envolvem julgamento. Essa avaliação indica que os valores justos se aproximam dos valores contábeis reconhecidos. Para estimar o valor justo de seus instrumentos financeiros, a Administração baseou-se nas seguintes premissas: **Caixa e equivalentes de caixa:** os saldos de caixa e equivalentes de caixa, em face de sua liquidez imediata e do risco insignificante de mudança de valor, têm valores justos similares aos saldos contábeis. **Contas a receber de clientes e fornecedores (terceiros):** por representarem transações comerciais efetuadas em bases de mercado, a Administração da Companhia entende que não há diferenças materiais entre o valor justo e os saldos contábeis. Adicionalmente, os montantes do caixa a receber de clientes e fornecedores (terceiros) divulgados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas não diferem, significativamente, dos seus respectivos valores justos devido ao fato do giro dessas contas ser de, aproximadamente, 30 a 40 dias. **Contas a receber e a pagar a partes relacionadas e empréstimos concedidos a terceiros:** A Administração da Companhia entende que o valor justo se aproxima do saldo contábil considerando as condições comerciais acordadas entre as partes. 19. **Seguros:** O Grupo, com base na natureza de suas atividades e na avaliação de seus consultores de seguros, adota uma política de contratação de cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, objetivando a cobertura de eventuais sinistros. Desta forma, as coberturas de seguros são determinadas e contratadas anualmente com base em análises sistemáticas de riscos conjugadas com modernas técnicas securitárias, consideradas pela Administração como suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros envolvendo bens do ativo imobilizado. Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo mantém cobertura de seguros nas modalidades de responsabilidade civil geral e riscos operacionais para o shopping center Rio Sul, conforme demonstrado a seguir:

	Modalidade do seguro	Objeto do seguro	Vigência	Valor
Responsabilidade civil geral	Operação de shopping center	center	09/01/23 09/01/24	20.000
Responsabilidade civil geral	Empregador	Empregador	09/01/23 09/01/24	2.250
Responsabilidade civil geral	Guarda de veículos de terceiros	Guarda de veículos de terceiros	09/01/23 09/01/24	1.550
Responsabilidade civil geral	Obras civis, manutenção e assistência técnica	Obras civis, manutenção e assistência técnica	09/01/23 09/01/24	60.000
Riscos operacionais	Shopping Rio Sul/ Torre Rio Sul - danos materiais	Shopping Rio Sul - danos materiais	18/02/23 18/02/24	1.709.034
Riscos operacionais	Shopping Rio Sul - lucros cessantes	Shopping Rio Sul - lucros cessantes	18/02/23 18/02/24	280.239
Riscos operacionais	Torre Rio Sul - lucros cessantes (despesas fixas 12 meses)	Torre Rio Sul - lucros cessantes		

### Combrascan Shopping Centers

CNPJ 28.189.439/0001-23

profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso,

pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compati-

vel com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 9 de abril de 2024

**Deloitte** DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Charles Mace de Aguiar  
Auditores Independentes Ltda. Contador  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ CRC nº 1 RJ 109819/O-1

### Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com  
o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278

(11) 2655-1899

publicidade@diariodoacionista.com.br

#### JBC Brasil Participações Ltda.

CNPJ/MF 07.230.029/0001-09 - NIRE 33.2.0745720-1  
Edital de Convocação de Reunião de Sócios.

Diante da ausência de quórum para instalação da reunião de sócios, em primeira convocação, que se realizaria no dia 24 de abril de 2024, convocamos, em segunda convocação, os sócios da sociedade denominada JBC Brasil Participações Ltda. ("Sociedade") para se reunirem no dia 6 de maio de 2024, às 11:00h (onze horas), a realizar-se na sede social, sito à Estrada de Santana, nº 292, parte, Vila São Luiz, Duque de Caxias, RJ, CEP 25.085-010, a fim de discutir e deliberar a seguinte ordem do dia: (i) alteração da cláusula oitava do Contrato Social para fixar o prazo de 5 (cinco) anos de duração do mandato da administração da Sociedade, renovável por prazos iguais e sucessivos, (ii) composição e remuneração da administração da Sociedade, bem como composição e remuneração da administração interna da Sociedade, e consequente alteração das cláusulas sétima e oitava do Contrato Social, (iii) alteração da cláusula treze do Contrato Social para disciplinar a reunião de sócios, a admissão de novos sócios e a fixação de quórum qualificado para as futuras deliberações da Sociedade, e (iv) outras matérias de interesse da Sociedade; promovendo-se a consequente consolidação do Contrato Social, que deverá refletir as referidas modificações deliberadas e aprovadas. Os sócios que tiverem interesse em participar e votar na reunião de sócios deverão comparecer junto à sede da Sociedade com o respectivo documento de identidade e, se representado por procurador, procuração com poderes especiais. Duque de Caxias, 24 de abril de 2024.

José de Bastos Martins César de Bastos Martins

#### IBV Brasil Petróleo Limitada

CNPJ nº 07.766.332/0001-20 - NIRE 33.2.0763155-4  
Edital de Convocação de Reunião de Sócios

Em razão da não instalação da reunião de sócios da IBV Brasil Petróleo Limitada ("Sociedade") para ser realizada em primeira convocação em 22 de abril de 2024, às 10:00 horas (horário de Brasília), ficam convocados os sócios da Sociedade para comparecerem à reunião de sócios a ser realizada, em segunda convocação, em 30 de abril de 2024, às 10:00 horas (horário de Brasília), de forma exclusivamente digital, conforme permitido pela Instrução Normativa do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, por meio da plataforma Microsoft Teams ("Reunião"). Os detalhes para acesso à Reunião serão oportunamente disponibilizados aos sócios da Sociedade. A Reunião deliberará sobre (I) a homologação do aumento de capital da Sociedade, no valor de R\$ 105.682.930,00 (cento e cinco milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, novecentos e trinta reais), mediante a emissão de 105.682.930 (cento e cinco milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, novecentos e trinta) novas quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, conforme deliberado em reunião de sócios da Sociedade realizada em 28 de fevereiro de 2024 ("Aumento de Capital"); e a (II) a correspondente alteração do contrato social da Sociedade. Para participar e votar na Reunião, os representantes dos sócios deverão apresentar documentos que comprovem seus poderes para praticar tais atos em nome dos respectivos sócios de acordo com a lei brasileira, inclusive os documentos societários e procurações aplicáveis. Este edital é publicado e, nos termos da Cláusula Décima Primeira, Parágrafo Terceiro, do Contrato Social da Sociedade, enviado aos sócios da Sociedade por e-mail. Cópia de documentos e informações relacionadas à matéria a ser deliberada na Reunião encontram-se à disposição dos sócios na sede da Sociedade. Rio de Janeiro, 25 de abril de 2024. Renata Lima - Diretora Geral.

### COMPANHIA CARIOCA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS - CCPAR

CNPJ 11.628.243/0001-95

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas, cumprindo disposições legais e sociais, submetemos à apreciação da V. Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023. A Diretoria.

Balanco Patrimonial em 31/12/2023 (Em mil Reais - R\$)	
<b>ATIVO</b>	<b>2023</b>
<b>Circulante</b>	<b>2022</b>
Disponibilidades	9.883
Realizável a curto prazo	3.399
Ativo Não Circulante	6.484
Realizável a longo prazo	1.320.945
Investimentos	137.602
Imobilizado	1.156.348
Intangível	26.861
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.330.828</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>2023</b>
<b>Circulante</b>	<b>2022</b>
Fornecedores e Obrigações c/ terceiros	59.162
Salários e encargos sociais	38.420
Provisões trabalhistas	1.111
Tributos a recolher	1.060
Empréstimos	1.704
Outras obrigações	2.673
<b>Não Circulante</b>	<b>2022</b>
Depósitos e garantias	1.311.592
Fornecedores LP	640
Contingências	1.288.937
Obrigações OUC	21.650
Obrigações Fiscais	7.333
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>2023</b>
Capital Social	(39.926)
Capital a Integralizar	5.262.490
Prejuízos Acumulados	(186.817)
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>5.809.115</b>

Demonstração de Resultados em 31/12/2023 (Em mil Reais - R\$)	
<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>4.038</b>
Receitas Acessórias	9.736
Receita de Serviços	3.556
<b>Deduções da Receita Bruta</b>	<b>(354)</b>
Impostos e Contribuições	(1.186)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>3.684</b>
Despesas Operacionais	(41.381)
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro</b>	<b>(94.572)</b>
Prejuízo Financeiro Líquido	(42.923)
Outras Receitas	(333.885)
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(94.343)</b>
Ações em circulação no fim do período	52.624.904
Prejuízo por ação do capital social no fim do período	(6.34)
<b>Demonstração do Resultado Abrangente em 31/12/2023 (Em mil Reais - R\$)</b>	<b>2023</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(94.343)</b>
Ajuste exercício anterior	30.633
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>(63.710)</b>

Demonstração das Mutações nas contas do Patrimônio Líquido em 31/12/2023 (Em mil Reais - R\$)			
	Capital Social		Prejuízos Acumulados
	Capital Subscrito	Capital a Integralizar	
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>5.262.490</b>	<b>(235.341)</b>	<b>(4.718.004)</b>
Integralização de Capital	-	48.520	-
Prejuízo do exercício	-	-	(94.343)
Ajuste Exercício Anterior	-	-	30.633
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>5.262.490</b>	<b>(186.817)</b>	<b>(4.781.714)</b>
Integralização de Capital	-	4	-
Prejuízo do exercício	-	-	(333.885)
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>5.262.490</b>	<b>(186.817)</b>	<b>(5.115.599)</b>

**Demonstração dos Fluxos de Caixa resumida em 2023 e 2022**  
Método Direto (Em milhares de reais - R\$)

	2023	2022
<b>Caixa líquido obtido nas atividades operacionais</b>	<b>(53.793)</b>	<b>(9.955)</b>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(274.299)</b>	<b>(33.061)</b>
<b>Caixa líquido obtido nas atividades de financiamento</b>	<b>308.187</b>	<b>63.828</b>
<b>Aumento Líquido no Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(19.905)</b>	<b>20.812</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	23.304	2.492
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.399	23.304

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios 2023 e 2022**  
1. Contexto Operacional: Em 24/06/2022 foi sancionada a lei complementar nº 251 que criou a Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos (CCPAR). A nova lei ampliou a atribuições da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (Cdurp) que, para além da gestora do Porto Maravilha, passa a ter a prerrogativa de atuar em outras áreas da cidade, inclusive de ser a estruturadora e fiscalizadora de outros contratos de Concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs). Com a alteração legal, a Prefeitura visou uma centralidade da gestão e estruturação no âmbito das concessões e PPPs na cidade do Rio. O Município agora passa a contar com uma equipe concentrada e com a experiência da Companhia, gestora da maior Operação Urbana do Brasil, no desenvolvimento dessas parcerias. Além da ampliação de escopo, a Lei 251/22 autorizou ainda, a incorporação da Companhia Carioca de Securitização - "RioSec", criada pela Lei Municipal nº 5.546 de 27/12/2012, que tem como objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Município do Rio de Janeiro, originários de créditos tributários e não tributários objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão e distribuição de valores mobiliários, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios. O novo escopo da Companhia cria também a possibilidade de a empresa prestar serviços de consultoria para terceiros, como outros municípios. Além disso, permanece a atuação da empresa na Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) do Porto referente às ações previstas na Lei Complementar 101/2009 e novas atribuições foram incorporadas à Companhia: I - Promover, direta ou indiretamente, o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro; II - Coordenar, colaborar, viabilizar ou executar a implementação de concessões, em quaisquer das modalidades previstas na legislação nacional, ou outras formas de associação, parcerias, desinvestimentos, ações e regimes legais, zelando pelo interesse público e em conformidade com os estudos de viabilidade técnica, legal, ambiental e urbanística aprovados pela CCPAR, pelos órgãos e autoridades públicas competentes; III - disponibilizar bens, equipamentos e utilidades para a Administração Pública, direta ou indireta, para concessionários e permissionários de serviço público, ou para outros entes privados, mediante cobrança de adequada contrapartida financeira; V - Desenvolver estratégias para atração e negociação de investimentos privados, geração de empregos, melhoria do ambiente de negócios; VI - Identificar projetos, investimentos e atividades desenvolvidas ou programadas pela iniciativa privada ou pelo Poder Público; VII - Apresentar propostas de utilização e aplicação racional e eficiente

de recursos públicos e privados para o desenvolvimento das zonas de interesses voltadas ao fomento socioeconômico; VIII - Potencializar a articulação entre os setores público e privado, na realização do desenvolvimento socioeconômico; IX - Promover o intercâmbio de informações sobre projetos, investimentos, ações e atividades da iniciativa privada; X - Viabilizar outras atividades relacionadas a concessões e a parcerias público-privadas; XI - Atrair e negociar investimentos privados com foco na melhoria do ambiente de negócios no território municipal; XII - Assistir e assessorar potenciais investidores quanto à divulgação de informações e dados sobre concessões, em quaisquer das modalidades previstas na legislação federal, ou outras formas de associação, parcerias, desestatizações, ações e regimes legais; XIII - Atuar em outras atividades relacionadas com as finalidades previstas neste artigo. Por fim, a gestão de serviços de interesse local e serviços públicos de competência municipal, como paisagismo, limpeza urbana, coleta de resíduos sólidos, drenagem de águas pluviais, iluminação pública, restauração e reconversão de imóveis, conservação de logradouros e de equipamentos urbanos e comunitários, dentre outros, na Área de Especial Interesse Urbanístico - AEIU da Região do Porto do Rio de Janeiro, respeitadas as competências legalmente estabelecidas e os contratos administrativos em vigor. 2. Apresentação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições legais complementares vigentes. 3. Principais práticas contábeis adotadas. a) Exercício social: O exercício social abrange os dados e documentos fornecidos no período de 01 de janeiro a 31/12/2023. b) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: A moeda utilizada para contabilização das operações é o Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em Real Mil e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma - NBC TG 26 (R5) - Apresentação das demonstrações contábeis. c) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos em conta movimento e aplicações financeiras com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras existentes estão demonstradas pelo valor das aplicações acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. d) Imobilizado: O imobilizado de uso é registrado pelo custo de aquisição e depreciado pelo método linear, baseado na vida útil-econômica estimada de cada componente. e) Intangível: Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil-econômica estimada dos bens. f) Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelo seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição. g) Regime tributário: A empresa está enquadrada no regime tributário lucro real e contabiliza os encargos tributários pelo regime

de competência. h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. i) Demonstração do fluxo de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com pronunciamento contábil NBC TG 03 R3 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

**Gustavo Di Sabato Guerrante** - Diretor Presidente  
**Luiz Edrue Sousa Nunes** - Diretor de Administração e Finanças  
**Luiz Orlando Oliveira da Silva** - Diretor de Operações  
**Lucas Paulo de Almeida Costa** - Diretoria de Estruturação de Projetos  
**Renato Vieira Pita** - Contador CRC 15P 215876/O-8 - "S" RJ

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis**  
Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos - CCPAR, Opinão: Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos - CCPAR, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos - CCPAR, em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfases. Prejuízos sucessivos: Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para os sucessivos prejuízos que a companhia vem apresentando nos últimos anos, sendo R\$ 94.343 milhões em 2022 e R\$ 333.885 em 2023. Seu Patrimônio Líquido está diminuindo, foi de R\$ 293.955 milhões em 2022 e Passivo a Descoberto de R\$ 39.926. As demonstrações contábeis encerradas em 31/12/2023 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a uma empresa no curso normal de suas atividades. Iliquidez de fundos imobiliários: Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 18, onde a companhia assumiu as despesas operacionais da OUC (Operação Urbana Consorciada), em virtude de ocorrência de liquidez do FIIPM, com a contratação dos serviços e consequente manutenção de pagamento, ocasionando um impacto significativo no Resultado da Companhia. Outros Assuntos. Auditoria do período anterior: As demonstrações contábeis da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos - CCPAR para o exercício findo em 31/12/2022 foram por nós examinadas, e emitimos relatório em 27/02/2023 com opinião sem modificação. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles

com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Campinas/SP, 28 de março de 2024

**STAFF Auditoria e Assessoria** - CRC2SP023856/O-1 "S" RJ  
**Roberto Araújo de Souza** - Sócio - CTCRC15P242826/O-3 "S" RJ  
**Eliziane Maria Rosa** - Sócia Responsável - CTCRC1PR059351/O-0 "S" RJ

**Parecer do Conselho de Administração**  
O Conselho de Administração da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos - CCPAR, no exercício das suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou os seguintes documentos: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração dos Lucros e Prejuízos acumulados, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, Parecer da Auditoria Geral (RAG nº 030/2024), Relatório da Auditoria Independente, datado de 28 de março de 2024, e Parecer do Conselho Fiscal. O citado Conselho opina favoravelmente pela aprovação dos referidos documentos, dentro dos termos do parecer do

**Parecer do Conselho Fiscal**  
O Conselho Fiscal da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos - CCPAR, nos termos das disposições legais e estatutárias, conferidas pelo art. 163 da lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e pelo art. 26 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, procedeu ao exame das seguintes peças: 1. Demonstrações Contábeis do exercício de 2023; 2. Relatório anual da gestão - Processo CCP-PRO -2024/0051; 3. Parecer da Auditoria Interna - RAG nº 030/2024; e 4. Parecer da Auditoria Externa - Staff Auditoria e Assessoria. Considerando a documentação analisada, o Conselho

Conselho Fiscal, datado de 11 de abril de 2024. Submete, portanto, às demonstrações financeiras para apreciação e votação na Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da CCPAR.  
Rio de Janeiro, 25 de abril de 2024.

**Jorge Luiz de Souza Arraes** - Conselheiro de Administração (Presidente). **Daniel Ricardo Soranz Pinto** - Conselheiro de Administração. **Eduardo Cavallere Gonçalves Filho** - Conselheiro de Administração. **Felipe de Santa Cruz Oliveira Scaletsky** - Conselheiro de Administração. **Guilherme Nogueira Schleder** - Conselheiro de Administração. **Renan Ferreira Carneiro** - Conselheiro de Administração.

Fiscal opina favoravelmente à aprovação das demonstrações contábeis, contudo alerta para as ressalvas contidas no relatório da auditoria interna e externa e também para os apontamentos contidos nas atas do Conselho Fiscal.  
Rio de Janeiro, 11 de abril de 2024.

**Guilherme Zenha Silveira** - Conselheiro fiscal Titular (Presidente).  
**Rosemary de Macedo Carvalho T. de Macedo** - Conselheira fiscal Titular.  
**Jose Paulo de Menezes Júnior** - Conselheiro fiscal Titular. **Waldomiro Lucas de Paiva** - Conselheiro fiscal Suplente.

### Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o  
melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278



**CYMI CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ nº 07.003.107/0001-32

boração das demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e requer que a administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: (I) Ativo de contrato (Notas Explicativas nº 3.7 e nº 9)—critério de apuração e remuneração do ativo de contrato; (II) Imobilizado (Nota Explicativa nº 3.9)—mensuração e depreciação; (III) Intangível (Notas Explicativas nº 3.8 e nº 11); (IV) Impostos Diferidos (Notas Explicativas nº 3.5 e nº 16); (V) Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias (Notas Explicativas nº 3.11 e nº 15); (VI) Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco (Notas Explicativas nº 3.6 e nº 24). 3. Principais políticas contábeis: 3.1. **Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2023 e 2022. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: (a) poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); (b) exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; ou (c) a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: (a) o acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; (b) direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e (c) os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor). A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. 3.2. **Investimento em coligadas e em joint ventures:** Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto destas políticas. *Joint venture* é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convenicionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias. Os investimentos da Companhia em sua coligada e em *joint ventures* são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em coligada ou em *joint venture* é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da coligada ou *joint venture* a partir da data de aquisição. O ágio relativo à coligada ou *joint venture* é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos. A operação do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da coligada ou *joint venture*. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada ou *joint venture*, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a coligada ou *joint venture* são eliminados em proporção à participação na coligada ou *joint venture*. A soma da participação da Companhia nos resultados de uma coligada ou *joint venture* é apresentada na demonstração do resultado, representando o resultado após os tributos e as participações de não controladores nas controladas da coligada ou *joint venture*. As demonstrações financeiras da coligada ou *joint venture* são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento da Companhia em sua coligada ou *joint venture*. A Companhia determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada ou *joint venture* sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada ou *joint venture* e o valor contábil, e reconhece a perda em "Participação em lucros de coligada e *joint venture*", na demonstração do resultado. Ao perder a influência significativa sobre a coligada ou controle conjunto sobre a *joint venture*, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada ou *joint venture*, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado. 3.3. **Classificação circulante versus não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decorso normal do ciclo operacional da entidade. • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado. • Espera-se que seja realizado em até 12 meses após a data do balanço. • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03—Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade. • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço. • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. 3.4. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários. Os saldos dessa rubrica estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. 3.5. **Serviços prestados a faturar:** Ao final de cada exercício, os valores contábeis dos serviços já executados e ainda não faturados são revistos pela administração de modo a determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores são efetivamente faturáveis dentro dos estágios de execução de complemento das obras. 3.6. **Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **Ativos financeiros.** *Reconhecimento inicial e mensuração:* Ativos financeiros no reconhecimento inicial são mensurados ao custo amortizado e subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Vide políticas contábeis na Nota 3.16—Reconhecimento de receitas. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada ao nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. *Mensuração subsequente: Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).* A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao

custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos e mútuos e outras contas a receber. *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.* Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil. *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.* Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados também são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento. Os ativos financeiros da Companhia ao valor justo por meio do resultado incluem principalmente as aplicações financeiras. *Desreconhecimento:* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem. • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:* A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. Para instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a Companhia aplica a simplificação do baixo risco de crédito permitida. Em cada data de reporte, a Companhia avalia se o instrumento de dívida é considerado como de baixo risco de crédito usando todas as informações razoáveis e passíveis de fundamentação que estejam disponíveis. Ao fazer essa avaliação, a Companhia reavalia a classificação de risco de crédito interna do instrumento da dívida. **Passivos financeiros.** *Reconhecimento inicial e mensuração:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, instrumentos derivativos e debêntures. *Mensuração subsequente:* A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: i) *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui eventuais instrumentos financeiros derivativos contratado pela Companhia que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia designou os instrumentos financeiros derivativos ao valor justo por meio do resultado, vide Nota Explicativa 24. ii) *Custo amortizado:* Essa é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos contraídos estão sujeitos a juros que são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos e debêntures contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota 13. *Desreconhecimento:* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. *Compensação de instrumentos financeiros:* Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. 3.7. **Ativos de Contrato:** O Serviço público de transmissão de energia elétrica é regulado por meio de contrato de concessão firmado entre a União (Poder Concedente—Outorgante) e as controladas transmissoras da Companhia, a qual compete transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente—Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por garantir a disponibilidade de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Esses recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia no CPC 47—Receita de contrato com clientes. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção. (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica "Remuneração do ativo de contrato", utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Em dezembro de 2020, a CVM divulgou o Ofício-Circular nº 04 para fornecer orientações quanto aos aspectos relevantes do CPC47 e do CPC48 que devem ser observados na elaboração das demonstrações financeiras das Companhias Transmissoras de Energia Elétrica a partir de sua vigência, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita de cada projeto. A Companhia não identificou necessidade de reconhecer quaisquer ajustes como consequência da publicação desse Ofício, tendo em vista que desde a adoção do CPC47 em 1º de janeiro de 2018 foram adotadas as seguintes políticas contábeis: (I) A atualização monetária do ativo

de contrato é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. (II) Atribuição de margens de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa descritos a seguir. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos agentes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. 3.8. **Ativos Intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e das perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil—econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém são submetidos a teste anual para análise de perda no seu valor recuperável. O ágio decorrente da aquisição de controladas e fundamentado em rentabilidade futura é registrado como Ativo Intangível. 3.9. **Imobilizado:** 3.9.1. **Mensuração:** Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou de construção. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas e das provisões para redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*), quando aplicável. Os componentes de determinados ativos que são substituídos periodicamente ao longo da vida útil econômica do ativo são reconhecidos como ativos separados e depreciados pelo período previsto para a sua substituição. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos. A Companhia reconheceu em 2019 os valores justos dos ativos identificadas decorrentes da incorporação reversa (mais-valia) como itens específicos no grupo do ativo imobilizado. 3.9.2. **Depreciação:** A depreciação dos ativos em plena operação é calculada pelo método linear, baseada na vida útil estimada dos bens. Os investimentos nos gasodutos são depreciados com base nas vidas úteis estimadas, que estão demonstradas por classe de ativo na Nota 7. Os ativos identificados decorrentes da incorporação reversa (mais-valia) são depreciados conforme o grupo do ativo imobilizado. A Companhia revisa o valor residual estimado e a esperada vida útil dos ativos ao menos anualmente. 3.10. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** As Controladas da Companhia possuem uma Unidade Geradora de Caixa (UCG), que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas estas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. Adicionalmente, a administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Companhia e suas controladoras concluíram que não há indicativos de perda ao valor recuperável (*impairment*) nos ativos não financeiros. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado e avaliado anualmente. 3.11. **Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 3.12. **Capital social:** Custos diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, quando aplicável. 3.13. **Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). 3.14. **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A Companhia adota o regime de lucro real estimativa mensal. O IRPJ e CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Caso haja pagamentos a maior ao final do ano corrente, os valores são reconhecidos no balanço patrimonial como ativo fiscal a receber. **Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IR e da CS correntes. A probabilidade de recuperação desses saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. 3.15. **Reconhecimento de receitas:** A Companhia registra e mensura a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47—Receita de contrato com clientes. As receitas são reconhecidas (i) quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; (ii) quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos; (iii) quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; (iv) quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato); e quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a entidade deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido. O valor da contraprestação à qual a entidade tem direito pode ser inferior ao preço declarado no contrato se a contraprestação for variável, pois a entidade pode oferecer ao cliente uma redução de preço. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: **Serviços de construção civil e gerenciamento dos projetos:** A receita de construção—Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculados acrescentando-se as alíquotas de PIS e Cofins ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir com os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que a boa parte de suas instalações é através de contratos terceirizados com partes relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado incorridos. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. **Receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. 3.16. **Dividendos:** Os dividendos obrigatórios a serem distribuídos aos acionistas da Companhia são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório geral é provisionado na data em que são aprovados em Assembleia Geral. 3.17. **Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33. 3.18. **Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC):** **Demonstrações dos Fluxos de Caixa ("DFC")**—a demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7)—Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. A Companhia classifica nas demonstrações do fluxo de caixa os juros pagos como atividades de financiamento, por entender que os juros representam custos para obtenção de recursos financeiros. 3.19. **Encargos Setoriais:** a) **Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)—Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)** e **Empresa de Pesquisa Energética (EPE)**. São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. b) **Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)**. Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados

## CYMI CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 07.003.107/0001-32

anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. c) Ministério de Minas e Energia (MME): Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos. 4. Normas emitidas e interpretações: 4.1. Normas e interpretações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023: IFRS 17—Contratos de Seguros: O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4—Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionárias: algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável); • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis. As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23—políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impactos nas demonstrações financeiras. Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis: As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)—Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientações sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação: As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32—Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais às transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos desativação. As alterações não tiveram impactos nas demonstrações financeiras. Alterações ao IAS 12: Reforma tributária Internacional—Regras do Modelo do Pilar Dois: As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32—Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória—cujo uso deve ser divulgado—entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatórios anuais que se iniciam em 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023. As alterações não tiveram impactos nas demonstrações financeiras. 4.2. Normas e interpretações, mas ainda não vigentes: Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento): Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06—Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor significativas. Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante: Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)—Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação; • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras; • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. Acordos de financiamento de fornecedores—Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2)—Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1)—Instrumentos financeiros: evidência) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em 1º de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor significativas.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de Caixa	3.628	715	6.518	9.908
Aplicações financeiras	545.473	1.011.526	1.118.870	1.197.637
	549.101	1.012.241	1.125.388	1.207.545
Ativo circulante	549.101	1.012.241	1.114.906	1.198.968
Ativo não circulante	-	-	10.482	8.577

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e comprometidos pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por esses investimentos é registrada como receita financeira. Abaixo abertura por instituição financeira:

	Remuneração	Tipo	Controladora		Consolidado	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Banco Santander S.A.	100,00%	CDB	19.800	885.147	237.830	977.293
Banco Bradesco S.A.	100,00%	-	-	-	191.050	706
Banco Itaú	100,00%	CDB	-	-	142.099	83.960
Banco do Brasil	100,00%	CDB	-	-	888	723
Banco Bradesco SCC	102,60%	CDB	2.154	2.136	2.154	2.136
Banco Citibank USD	5,36%	Deposit	205.501	-	205.501	-
Banco Santander USD	5,45%	Deposit	313.954	-	313.954	-
Banco Santander SCC	99,00%	CDB	4.064	2.433	4.064	2.432
Banco de Nordeste	100,00%	CDB	-	-	10.848	-
Banco Citibank	100,00%	CDB	-	121.810	-	121.810
Banco BNB	100,00%	CDB	-	-	10.482	8.577
			545.473	1.011.526	1.118.870	1.197.637

Os títulos e valores mobiliários são compostos por certificados de depósito bancário, integralmente de instituições financeiras de primeira linha, remunerados com variação entre 99% a 102,6% do CDI em 2023 (variação entre 99% a 102,6% do CDI em 2022). A Companhia ofereceu como garantia seus certificados de depósitos bancários, no valor de R\$10.482, em 31 de dezembro de 2023 (R\$8.577 em 2022), com o objetivo de cumprir exigências de garantia de dívidas. 6. Contas a receber e outros valores a receber: Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Clientes de abastecimento de água	-	-	14.692	4.714
Clientes e coleta de esgoto	-	-	2.058	754
Contas a receber a faturar	-	-	3.090	2.710
Outras contas a receber	2	49	955	127
	2	49	20.795	8.305

Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa: (3.378) (31) 2 49 17.417 8.274

O vencimento dos saldos originais de contas a receber encontra-se demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	2	49	1.887	4.577
Até 30 dias	-	-	3.956	2.702
De 31 a 60 dias	-	-	1.729	821
De 61 a 90 dias	-	-	1.176	205
Acima de 90 dias	-	-	12.047	-
	2	49	20.795	8.305

A Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de

constituição de garantia ou carta de fiança bancária. Foram provisionados valores para perda estimada de crédito de liquidação duvidosa de agentes inadimplentes com mais de 121 dias e valores que foram questionados judicialmente, por alguns agentes do sistema, com débitos faturados considerados indevidos. 7. Tributos a recuperar e a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
				(não auditado)
Impostos a recuperar				
IRPJ, IRRF & CSLL (i)	1.911	1.694	13.490	7.816
INSS a recuperar (ii)	2.804	4.883	2.804	4.883
PIS e Cofins	-	-	1.365	1.151
Outros impostos	170	13	52	51
Total	4.885	6.590	17.711	13.901

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
				(não auditado)
Impostos e contribuições a recolher				
Obrigações tributárias (iii)	2.874	7.321	7.572	16.873
Obrigações sociais (iii)	596	704	685	887
Obrigações trabalhistas (iii)	35	25	43	365
Total	3.505	8.050	8.300	18.125
Ativo circulante	4.885	6.590	17.711	13.901
Ativo não circulante	-	-	-	-
Passivo circulante	3.505	8.050	8.300	18.125
Passivo não circulante	-	-	-	-

(i) Em 2022 houve compensação no pagamento de IRPJ através de IR sobre recebimento de swap; (ii) INSS a compensar no montante de R\$2.804 em 2023 (R\$4.883 em 2022) de INSS retido. A redução do valor a compensar de INSS se deve às compensações realizadas em 2022 para pagamento de débitos passíveis de compensação; (iii) As obrigações tributárias, sociais e trabalhistas derivam de diversos impostos, em que os principais são compostos por PIS, Cofins, ICMS, IRPJ, CSLL, INSS e ISS. As companhias Cymi Construções e Participações S.A. e Dunas Transmissão de Energia S.A. totalizam cerca de 94% dos impostos a recolher constituídos, sendo apresentados R\$3.506 e R\$4.335 em 2023 (R\$8.050 e R\$9.978 em 2022), respectivamente.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
				(não auditado)
Adiantamentos				
Esperança Transmissora de Energia S.A. (i)	22.000	-	22.000	-
Outros Adiantamentos	1.380	5.738	1.790	5.739
Total	23.380	5.738	23.790	5.739

(i) Penalidade aplicada pela ANEEL devido ao atraso no início das operações da linha de transmissão, atraso este ocasionado por desafios significativos na obtenção do licenciamento ambiental junto ao IBAMA. A Companhia buscou o reconhecimento de excludente de responsabilidade para o referido atraso; contudo, essa solicitação foi indeferida, resultando na aplicação da multa. 9. Ativo de Contrato: O ativo contratual da companhia encontra-se demonstrado abaixo:

	Verde				
	Dunas	Transmissão	Alagoas	Buriti	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	403.403	-	-	-	403.403
Receita de construção	1.030.462	16.058	-	-	1.046.520
Remuneração do Ativo de Contrato	70.040	8	-	-	70.048
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.503.905	16.066	-	-	1.519.971
Receita de construção	206.788	348.890	8.235	7.653	571.566
Remuneração do Ativo de Contrato	131.300	13.243	-	-	144.543
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.841.993	378.199	8.235	7.653	2.236.080

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
		(não auditado)
Circulante	30.719	238.734
Não Circulante	2.205.361	1.281.237
	2.236.080	1.519.971

Contrato de concessão de serviços: A seguir estão descritas as principais características do Contrato de Concessão do serviço público de transmissão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão: • Receita Anual Permitida—RAP— a prestação do serviço público de transmissão dar-se-á mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo—IPCA. • Faturamento da receita de operação, manutenção e construção—pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente. • Parcela variável— a receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redu-

Participação	31/12/2022	Aportes de capital	Resultado de Aumento/Redução de		Baixa de investimento	Amortização
			equivalência patrimonial	capital/Cotas		
Cymi Renováveis S.A.	100%	2.900	(2.281)	-	-	620
Cymi Saneamento e Participações S.A.	100%	24.388	(2.460)	-	-	27.428
Dunas Transmissora de Energia S.A.	100%	378.101	65.000	36.806	(13.950)	524.690
Buriti Transmissão de Energia S.A.	100%	-	-	36	(9)	27
Verde Transmissão de Energia S.A.	99%	404	20.856	125	(5.111)	16.274
Verde Ambiental Alagoas	90%	-	(137)	137	-	-
Chimarrão Transmissora de Energia S.A.	50%	225.876	(16.607)	4.726	-	213.995
Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A.	0%	356.088	11.204	17.016	-	(384.308)
Mantiqueira Transmissora de Energia S.A.	25%	634.870	(7.692)	29.719	-	656.897
Pampa Transmissão de Energia S.A.	25%	202.136	36.875	24.491	18.433	(11.633)
		1.821.864	110.275	86.143	106.961	(30.703)

Participação	31/12/2021	Aportes de capital	Resultado de Aumento/Redução de		Baixa de investimento	Amortização
			equivalência patrimonial	capital/Cotas		
Cymi Renováveis S.A.	100%	-	(25.611)	-	-	24.388
Cymi Saneamento e Participações S.A.	100%	49.999	(25.611)	-	-	948
Dunas Transmissora de Energia S.A.	100%	73.992	185.000	154.965	(36.804)	378.101
Buriti Transmissão de Energia S.A.	100%	-	-	-	-	-
Verde Transmissão de Energia S.A.	99%	1	529	-	(126)	404
Verde Ambiental Alagoas	90%	-	-	-	-	-
Chimarrão Transmissora de Energia S.A.	50%	198.203	12.500	19.899	(4.726)	225.876
Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A.	50%	295.237	-	77.868	(17.017)	356.088
Mantiqueira Transmissora de Energia S.A.	25%	525.544	15.750	122.520	(28.944)	634.870
Pampa Transmissão de Energia S.A.	25%	17.293	72.500	112.343	-	202.136
Cymi Transmissão de Energia S.A.	100%	-	-	-	-	-
Cymi II Transmissão de Energia S.A.	100%	-	-	-	-	-
		1.110.270	335.750	462.513	(87.617)	948

Participação	31/12/2022	Dividendos	Resultado de Aumento/Redução de		Incorporação	Alienação
			equivalência patrimonial	capital/Cotas		
Mantiqueira Transmissora de Energia S.A.	25%	634.868	-	(7.692)	29.721	-
Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A.	0%	356.090	-	(11.204)	17.014	-
Chimarrão Transmissora de Energia S.A.	25%	225.877	-	(16.607)	4.725	-
Pampa Transmissão de Energia S.A.	50%	202.135	36.875	24.491	18.433	(11.633)
		1.418.970	36.875	11.396	69.893	(11.633)

Participação	31/12/2021	Dividendos	Resultado de Aumento/Redução de		Incorporação	Alienação
			equivalência patrimonial	capital/Cotas		
Mantiqueira Transmissora de Energia S.A.	25%	541.292	-	122.520	(28.944)	-
Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A.	0%	295.239	-	77.868	(17.017)	-
Chimarrão Transmissora de Energia S.A.	25%	210.704	-	19.899	(4.726)	-
Pampa Transmissão de Energia S.A.	50%	89.792	-	112.343	-	-
		1.137.027	-	332.630	(50.687)	-

11. Intangível: Segue abaixo a movimentação do intangível em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Controladora		
	Amortizado	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Contrato de concessão	524.857	(3.805)	521.052
Sistemas de abastecimento de água	22.641	(86)	22.555
Hidrometria	6.694	(248)	6.446
Software e Outros	622	(3)	619
	554.814	(4.142)	550.672
			444.684



## CYMI CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 07.003.107/0001-32

Consolidado					Verde Transmissão de Energia S.A.										
Fluxo de caixa contratuais					Valor de referên- Valor justo										
Valor contábil	Até 12 meses	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	Derivativo	Data da contratação	Data de vencimento	cia (notional)-R\$ 2023	ativo (R\$) 2023	Riscos	Data vigência	Importância se- gurada (R\$ mil)	Prêmio			
204.479	204.479	-	-	SWAP Intesa	-	-	-	-	Responsabilidade civil	12/04/2023 a 11/04/2024	33.248	212			
2.680.125	1.782.488	61.206	836.431	SanPaolo	06/11/2023	31/10/2024	-	2.840	Garantia Contratual (*)	07/03/2023 a 06/03/2024	87.881	88			
165.122	165.122	-	-	SWAP Citibank	14/12/2023	14/03/2024	-	(370)	Riscos operacionais	29/09/2022 a 28/09/2024	65.000	224			
62.224	62.224	-	-	SWAP Citibank	11/10/2022	01/07/2024	-	(3.411)	Risco Engenharia	01/09/2023 a 30/12/2024	24.480	30			
3.111.950	2.214.313	61.206	836.431	SWAP Citibank	11/10/2022	01/07/2024	-	(2.719)	Risco Engenharia	31/12/2023 a 30/12/2025	69.512	79			
b) Categorias de instrumentos financeiros					SWAP Citibank	11/10/2022	01/08/2024	-	(3.425)	Veículos	04/02/2023 a 03/02/2024	1.080	170		
Ativos financeiros					SWAP Citibank	11/10/2022	01/08/2024	-	(2.663)	(*) Em 7 de março de 2024 a Companhia renovou o seguro garantia através da apólice de seguro como EZZE Seguros no valor de R\$82.314. 26. Informação por segmento: A Companhia analisa o desempenho dos segmentos e aloca recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes. A Companhia optou por organizar a entidade em torno das diferenças entre produtos e serviços. Dessa forma, os segmentos econômicos em que atua são: Transmissão, Geração de Energia e Saneamento, cujas informações das operações por segmento estão conforme a seguir.					
Custo amortizado					SWAP Citibank	11/10/2022	02/09/2024	-	(3.445)	2023					
Valor justo por meio de resultado					SWAP Citibank	11/10/2022	02/09/2024	-	(2.622)	Constru- ção	Trans- missão	Sanea- mento	(-) Elimi- nação	Total	
Valor justo por meio de resultado					SWAP Citibank	11/10/2022	01/10/2024	-	(3.461)	87.001	642.397	76.305	(80.596)	725.107	
Custo amortizado					SWAP Citibank	11/10/2022	01/11/2024	-	(2.579)	(85.704)	(450.117)	(68.997)	80.596	(524.222)	
Custo amortizado					SWAP Citibank	11/10/2022	01/11/2024	-	(3.473)	Resultado operacional antes do resultado financeiro					
Custo amortizado					SWAP Citibank	11/10/2022	02/12/2024	-	(3.486)	1.297	192.280	7.308	-	200.885	
Custo amortizado					SWAP Citibank	11/10/2022	02/12/2024	-	(2.500)	246.463	14.599	91.905	-	352.967	
Custo amortizado					SWAP Citibank	11/10/2022	02/12/2024	-	(3.498)	(287.122)	(52.467)	(82.782)	-	(422.371)	
Custo amortizado					SWAP Citibank	11/10/2022	02/12/2024	-	(3.486)	Resultado financeiro	(40.659)	(37.868)	9.123	(69.404)	
Custo amortizado					SWAP Citibank	11/10/2022	02/12/2024	-	(2.500)	Imposto de renda e contribuição social	(58.567)	(109)	-	(58.676)	
Custo amortizado					SWAP Citibank	11/10/2022	02/12/2024	-	(3.498)	Lucro líquido do exercício	(97.929)	154.303	16.431	(72.805)	
Custo amortizado					SWAP Citibank	11/10/2022	02/01/2025	-	(2.466)	2022					
Custo amortizado					SWAP Citibank	11/10/2022	03/02/2025	-	(2.434)	Constru- ção	Transmis- são	Sanea- mento	(-) Elimi- nação	Total	
Custo amortizado					SWAP Citibank	11/10/2022	03/02/2025	-	(3.518)	2.951.913	2.758.895	757.583	(736.839)	5.731.552	
Custo amortizado					SWAP Citibank	11/10/2022	03/02/2025	-	(3.518)	Ativo Circulante	701.402	493.651	142.239	(112.455)	1.224.837
Custo amortizado					SWAP Citibank	11/10/2022	03/02/2025	-	(2.402)	Ativo não Circulante	2.250.511	2.265.244	615.344	(624.384)	4.506.715
Custo amortizado					SWAP Citibank	11/10/2022	03/02/2025	-	(3.535)	Passivos operacionais	(2.951.913)	(2.758.895)	(757.583)	736.839	(5.731.552)
Custo amortizado					SWAP Citibank	11/10/2022	03/02/2025	-	(2.370)	Passivo Circulante	(870.247)	(955.197)	(693.840)	112.455	(2.406.829)
Custo amortizado					SWAP Citibank	11/10/2022	01/04/2025	-	(3.553)	Passivo não Circulante	(2.081.666)	(1.803.698)	(63.743)	624.384	(3.324.723)
Custo amortizado					SWAP Citibank	11/10/2022	01/04/2025	-	(2.370)	2022					
Custo amortizado					SWAP Citibank	11/10/2022	01/04/2025	-	(3.553)	Constru- ção	Transmis- são	Sanea- mento	(-) Elimi- nação	Total	
Custo amortizado					SWAP Citibank	11/10/2022	01/04/2025	-	(2.370)	185.075	956.740	12.802	-	1.154.617	
Custo amortizado					SWAP Citibank	11/10/2022	01/04/2025	-	(3.553)	(60.782)	(732.686)	(23.432)	-	(816.900)	
Custo amortizado					SWAP Citibank	11/10/2022	01/04/2025	-	(2.370)	Resultado operacional antes do resultado financeiro					
Custo amortizado					SWAP Citibank	11/10/2022	01/04/2025	-	(3.553)	124.293	224.054	(10.630)	-	337.717	
Custo amortizado					SWAP Citibank	11/10/2022	01/04/2025	-	(2.370)	Resultado operacional antes do resultado financeiro	(124.293)	(224.054)	(10.630)	(337.717)	
Custo amortizado					SWAP Citibank	11/10/2022	01/04/2025	-	(3.553)	Receita financeira	211.566	19.351	4.876	235.793	
Custo amortizado					SWAP Citibank	11/10/2022	01/04/2025	-	(2.370)	Despesa financeira	(146.934)	(5.551)	(26.775)	(179.260)	
Custo amortizado					SWAP Citibank	11/10/2022	01/04/2025	-	(3.553)	Resultado financeiro	64.632	13.800	(21.899)	56.533	
Custo amortizado					SWAP Citibank	11/10/2022	01/04/2025	-	(2.370)	Imposto de renda e contribuição social	(78.702)	(5.353)	-	(84.055)	
Custo amortizado					SWAP Citibank	11/10/2022	01/04/2025	-	(3.553)	Lucro líquido do exercício	110.223	232.501	(32.529)	310.195	
Custo amortizado					SWAP Citibank	11/10/2022	01/04/2025	-	(2.370)	2022					
Custo amortizado					SWAP Citibank	11/10/2022	01/04/2025	-	(3.553)	Constru- ção	Transmis- são	Sanea- mento	(-) Elimi- nação	Total	
Custo amortizado					SWAP Citibank	11/10/2022	01/04/2025	-	(2.370)	2.941.116	1.714.512	503.332	(446.771)	4.712.189	
Custo amortizado					SWAP Citibank	11/10/2022	01/04/2025	-	(3.553)	Ativo Circulante	1.084.646	423.209	35.540	-	1.543.395
Custo amortizado					SWAP Citibank	11/10/2022	01/04/2025	-	(2.370)	Ativo não Circulante	1.856.470	1.291.303	467.792	(446.771)	3.168.794
Custo amortizado					SWAP Citibank	11/10/2022	01/04/2025	-	(3.553)	Passivos operacionais	(2.941.116)	(1.714.512)	(503.332)	446.771	(4.712.189)
Custo amortizado					SWAP Citibank	11/10/2022	01/04/2025	-	(2.370)	Passivo Circulante	(931.438)	(139.341)	(221.277)	-	(1.292.056)
Custo amortizado					SWAP Citibank	11/10/2022	01/04/2025	-	(3.553)	Passivo não Circulante	(2.009.678)	(1.575.171)	(282.055)	446.771	(3.420.133)
Custo amortizado					SWAP Citibank	11/10/2022	01/04/2025	-	(2.370)	27. Eventos subsequentes: Dunas Transmissão de Energia, Constituição Conta Reserva: No dia 14 de março de 2024, a Companhia realizou a constituição de sua conta reserva do BNDES no valor de R\$9.000, de acordo com prazo estipulado no Contrato de Cessão Fiduciária. Verde Ambiental Alagoas: Terceira emissão de debêntures: Em 10 de janeiro de 2024, foi aprovada a emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, no valor total de R\$230.000 com vencimento em 8 de janeiro de 2025. As debêntures têm juros remuneratórios de 100% da variação acumulada da Taxa CDI, acrescido de spread equivalente a 0,70% ao ano. Quarta emissão de debêntures: Em 6 de março de 2024, foi aprovada a emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, no valor total de R\$400.000 com vencimento em 15 de março de 2049. As debêntures têm juros remuneratórios de 100% da variação acumulada da Taxa CDI, acrescido de spread equivalente a 6,70% ao ano.					

## Economia

## Aéreas

## Lula defende mais voos regionais pelo Brasil e pede renovação de frota

SOFIA AGUIAR/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu a ampliação dos voos regionais pelo Brasil como forma de incentivar o turismo nacional. Na avaliação de Lula, tanto o governo como os empresários têm culpa e, para isso, precisam mudar o discurso e incentivar o turismo interno.

"O Brasil tem quase 6 mil municípios, 27 capitais, cidades de 200 mil habitantes, 250 mil habitantes, 300 mil habitantes. A gente precisa ter voos regionais como tem no mundo inteiro para voar internamente. Nossos companheiros do Turismo, Marcelo Freixo, presidente da Embratur, a gente precisa intermediar um pouco", disse Lula,

em evento de entrega de aeronave da Embraer à Azul em São José dos Campos (SP), nesta sexta-feira.

"Em vez de a gente querer viajar para ver o museu do Louvre, em Paris, para Disney, que é muito importante, era preciso que o povo conhecesse o Brasil", defendeu o petista.

Na avaliação do chefe do Executivo, tanto o governo como os empresários têm culpa por não despertarem na população a importância econômica de viajar pelo País. Para Lula, é preciso mudar os discursos da Embratur, da Gol, da Embraer, dos ministérios da Fazenda e do Turismo, além do próprio presidente da República, "e fazer um novo aprendizado sobre o Brasil".

## EM CAUSA PRÓPRIA

## Senado entra com recurso no STF contra suspensão da desoneração

LAVÍNIA KAUCZ E GABRIEL HIRABHASI/AE

Senado apresentou, na noite desta sexta-feira, um recurso no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão do ministro Cristiano Zanin que atendeu ao governo e suspendeu a desoneração da folha de empresas e prefeituras. A decisão de recorrer da decisão havia sido anunciada mais cedo pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

No recurso, advogados do Senado alegam, inicialmente, que a decisão monocrática de Zanin, submetida ao plenário, não observa os preceitos legais e sequer ouviu o Congresso e a Procuradoria-Geral da República (PGR).

"A lei que rege o processo constitucional de controle con-

centrado pelos instrumentos de ADI (Ações Diretas de Inconstitucionalidade) e de ADC (Ações Declaratórias de Constitucionalidade), jamais previu a possibilidade de deferimento de medida cautelar por decisão monocrática do relator", diz o Senado na petição.

Por causa dessas questões técnicas, os advogados do Senado pedem que a decisão liminar de Zanin seja anulada e que haja novo prazo legal para manifestação dos interessados na ação (como as duas Casas do Congresso e a Presidência da República).

A Casa Alta do Congresso contestou o fato de se manifestar somente após a decisão monocrática de Zanin e ainda argumentou que sua posição só pôde ser protocolada após outros ministros do STF já terem

votado no caso.

"Não há convalidação possível desta nulidade, pois o prejuízo decorrente do descumprimento do rito legal já se faz sentir, na medida em que diversos ministros já apuseram seus votos no Pleno Virtual sem que fosse dada a oportunidade de prévia manifestação das duas Câmaras do Poder Legislativo", alegou.

Além disso, do ponto de vista de mérito, a Advocacia do Senado afirma que o artigo 113 da Constituição, citado pela Advocacia-Geral da União na ação proposta ao STF, "não exige que sejam apontadas fontes de compensação" fiscal para medidas com renúncia, como é o caso da desoneração.

A Casa rejeita o argumento do governo de que a lei da desoneração é inconstitucional por

resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 18 de abril de 2024.

ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F Ricardo Gomes Leite - Contador CRC RJ-107146/O

que não previu o impacto financeiro da medida. Isso porque haveria, de acordo com o Senado, "inequívoco espaço fiscal para que seja acomodada sem risco de prejuízo ao interesse público".

"Dessa forma, é desengadamente equivocada a ilação de que a lei em comento tenha de algum modo imposto um gasto excessivo ou desarrastado ao Executivo, ou que possa causar 'o esvaziamento do regime fiscal da União'", justificou.

"A sua finalidade é apenas a de assegurar que o Congresso Nacional tenha prévio e adequado conhecimento acerca do impacto orçamentário e financeiro de proposta que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita. Trata-se, portanto, de requisito formal", justificou.

COMPLEXO DO ALEMÃO

# Operação no Rio com intenso tiroteio termina sem prisões

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

As polícias Civil e Militar realizaram nesta sexta-feira, no início da manhã, uma grande operação nos complexos do Alemão e da Penha, na zona norte da cidade. Ao todo, 350 policiais das duas corporações atuaram no cerco aos dois complexos de comunidades.

As equipes do Comando de Operações Especiais (COE) da PM, em conjunto com a Polícia Civil, buscavam cumprir mandados de prisão de foragidos da Justiça de outros estados, reprimir a movimentação criminosa e evitar a expansão de disputas territoriais, entre outros crimes. Apesar do tamanho da operação, não houve prisões e há suspeitas de que a ação foi vazada no dia anterior.

Os traficantes se prepararam

e armaram barricadas, fechando ruas com colchões, pneus e muito lixo. Quando as tropas das polícias Civil e Militar chegaram ao local, começou um intenso tiroteio. Criminosos também atearam fogo nas barricadas, o que provocou nuvens de fumaça negra sobre as favelas.

Vídeos e relatos postados nas redes sociais mostram que o forte tiroteio assustou moradores no momento em que precisavam se deslocar para trabalhar ou estudar. O fundador do jornal Voz das Comunidades, Rene Silva, informou em seu perfil no X que o confronto começou cedo e compartilhou a angústia dos moradores com o risco de serem baleados. "Nada de bom dia por aqui. Alemão e Penha amanhecem com intenso tiroteio desde as 6h da manhã, com grande operação da polícia, informação vazada desde ontem

por volta de oito da noite, quando começaram a circular nos grupos".

Sobre o possível vazamento, o governador Cláudio Castro falou em entrevista à TV Globo. "O que a gente tem que fazer é achar essas pessoas, prendê-las e expulsá-las do serviço público. Infelizmente, agentes públicos que deveriam estar do nosso lado, estão fazendo jogo duplo. É lamentável. A gente trabalha muito para punir essas pessoas e para retirá-las, de uma vez por todas, do serviço público".

A Polícia Militar atualizou durante a tarde os números das apreensões realizadas nas duas comunidades. A corporação informou que foram encontrados um fuzil automático, uma pistola Colt americana, grande quantidade de entorpecentes, três simulacros de pistola, muita munição, oito granadas de fabrica-

ção caseira, além de carregadores de fuzil.

Impacto na comunidade

Na rede municipal de ensino não houve impacto, porque devido ao calendário escolar, hoje não houve aulas nas escolas, por causa da semana das atividades de planejamento previstas no calendário escolar. Já na rede estadual, uma escola no Complexo do Alemão não teve aulas.

Na área da saúde, a Clínica da Família da Penha, Aloysio Augusto Novis suspendeu as visitas domiciliares. Na região do Complexo do Alemão, a Clínica da Família Rodrigo Y Aguilar Roig fechou as portas.

No transporte público, de acordo com o sindicato das empresas de ônibus, treze linhas de ônibus urbanos tiveram de alterar o itinerário, por causa da operação, sem necessidade de paralisar o serviço.

INCÊNDIOS

# Rio de Janeiro registra mais de 2,8 mil ônibus depredados em um ano

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

A cidade do Rio de Janeiro teve mais de 2,8 mil ônibus depredados e 28 incendiados nos últimos 12 meses. Em média, são 230 veículos depredados por mês, gerando um prejuízo superior a R\$ 24 milhões em reparos no período. Para alertar sobre esse cenário alarmante, o Sindicato das Empresas de Ônibus da Cidade do Rio de Janeiro (Rio Ônibus) lançou a campanha Quem é cria não vacila, de combate ao vandalismo contra os ônibus da capital fluminense.

O início da ação foi marcado por um evento de conscientização de passageiros realizado nesta sexta-feira, no Terminal Alvorada, na Barra da Tijuca, na zona oeste da cidade.

Outro número que chama atenção é o de 145 ônibus sequestrados para serem utilizados como barricadas para impedir o acesso da polícia às comunidades. Estima-se que 6,5 milhões de cariocas tenham sido diretamente afetados em seus deslocamentos por causa dos diversos atos de vandalismo

no ano de 2023.

Segundo o presidente do Rio Ônibus, João Gouveia, os passageiros são os principais prejudicados. "Não podemos tratar esses casos como meras estatísticas. Cada ônibus vandalizado precisa de um reparo a ser feito e, dependendo do tipo de depredação, esse veículo pode ficar semanas sem poder rodar nas linhas. Um impacto direto na vida do usuário que está no ponto esperando pelo serviço. Por isso, estamos comprometidos em trabalhar ao lado das autoridades e da comunidade para combater essa prática e garantir um deslocamento seguro e confortável para todos", disse.

A iniciativa tem por objetivo conscientizar sobre a importância de preservar o patrimônio público, garantindo assim segurança, conforto e o direito de ir e vir dos usuários. A ação conta com a distribuição de impressos e a divulgação de materiais de sensibilização nos painéis dos terminais, TVs internas dos ônibus e mídias sociais do Rio Ônibus.

O sindicato pretende engajar mais de três milhões de cariocas na proteção dos ônibus.

2024

# Número de indústrias interessadas em se instalar no RJ dobra no 1º tri

O número de indústrias interessadas em abrir ou ampliar seus negócios no Estado do Rio de Janeiro mais que dobrou no primeiro bimestre de 2024, em relação a 2023. De acordo com a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (Codin), o aumento de 125% no quantitativo de incentivos fiscais concedidos a empresas do setor industrial, nos dois primeiros meses do ano, representa investimentos em torno de R\$ 46 milhões em território fluminense - 13% a mais que no mesmo período do ano passado - e centenas de novos empregos.

"Voltamos a atrair investimentos para o Rio de Janeiro, graças ao ambiente de negócios juridicamente seguro que estabelecemos no estado, e verificamos um crescimento significativo da produção industrial nos últimos 12 meses. Encerramos

2023 com índices bem acima da média nacional e não deixamos o ritmo cair, iniciando 2024 com o setor aquecido. No primeiro bimestre desse ano, tivemos mais de uma indústria por semana se movimentando para entrar ou se expandir em território fluminense", destacou o governador Cláudio Castro (foto).

Segundo a Codin, o quantitativo total de empregos que serão gerados pelas empresas que tiveram seus pleitos de incentivos fiscais analisados e aprovados pela Comissão Permanente de Políticas para o Desenvolvimento Econômico



do Estado do Rio de Janeiro (CPPDE), no primeiro bimestre, também registrou um aumento expressivo: 30% a mais que o total verificado em janeiro e fevereiro de 2023.

"O interesse do setor industrial no Rio de Janeiro deve continuar crescendo, estimulado pela desburocratização da máquina pública e por uma forte e responsável política de incentivos e segurança jurídica", afirmou o secretário de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, Vinícius Farah.

Para o presidente da Codin, Fábio Picanço, esse avanço é

fruto da transparência e do trabalho do Governo do Estado, realizado por meio da Companhia, em parceria com os demais órgãos estaduais e também com o legislativo.

"Contamos com um quadro técnico altamente qualificado e estamos investindo ainda mais em capacitação e nos processos de análise. Também não podemos esquecer das secretarias estaduais da Fazenda, a Casa Civil e a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, que, aliadas à Codin, têm demonstrado um desempenho exemplar pelo desenvolvimento socioeconômico do estado", comentou Picanço.

As empresas que mais tiveram incentivos fiscais aprovados nos dois primeiros meses do ano são do setor atacadista e estão localizadas na região Metropolitana do Estado do Rio.

RITMO ACELERADO

# MUVI já tem 50% dos trechos em obra

Maior projeto em mobilidade urbana de São Gonçalo, o MUVI (mobilidade urbana verde integrada) já está com 50% dos trechos em fase de execução. Serão 18 quilômetros de extensão, passando por 13 bairros, ligando Guaxindiba a Neves, com investimentos do Governo do Estado de mais de R\$287 milhões até a conclusão. As obras são realizadas pela Secretaria das Cidades, em parceria com a prefeitura de São Gonçalo.

"Estamos a todo vapor para tomar esse projeto do Muvi realidade. Sabemos da importância desse equipamento e o quanto isso vai mudar a realidade dos

moradores de São Gonçalo, que vão poder contar com um corredor expresso que vai levar mais mobilidade, lazer e sustentabilidade para a cidade", afirma o governador Cláudio Castro.

O MUVI vai contar ainda com ciclovias em todos os trechos, além de calçamento, área verde e espaços de convivência. O projeto emprega mais de 220 trabalhadores diretamente.

No trecho 1, no bairro Vila Lage, operários trabalham no calçamento, que já recebeu duas camadas de asfalto. Já no trecho 2, a partir do bairro Mangueira, ajustes estão sendo feitos na ciclovias.

## ALS SHOPPING CENTERS S.A.

CNPJ: 05.919.041/0001-08

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2023 (Em milhares de reais)		31/12/2023		31/12/2022	
<b>ATIVOS</b>					
CIRCULANTES		779.779		745.609	
Caixa e equivalentes de caixa		15.605		14.476	
Contas a receber de clientes		6.523		6.000	
Impostos e contribuições		8.032		7.725	
Empréstimos concedidos a terceiros		-		1	
NÃO CIRCULANTES		1.050		750	
Contas a receber		764.174		731.132	
Depósitos judiciais		75		210	
Empréstimos concedidos a terceiros		8.175		7.896	
Propriedades para investimentos		750		1.750	
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		779.779		745.609	
CIRCULANTES		9.448		7.098	
Contas a pagar com terceiros		258		317	
Contas a pagar com sociedades ligadas		7.246		5.130	
Impostos e contribuições		1.425		1.328	
Receita Diferida		519		313	
NÃO CIRCULANTES		86.620		82.827	
Impostos e contribuições diferidos		85.853		81.473	
Provisões		43		379	
Receita diferida		724		975	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		683.711		655.694	
Capital social		335.485		293.716	
Reserva de Lucros		348.226		361.978	

  

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas: Atendendo disposições legais e estatutárias, a Administração da ALS Shopping Centers S.A., tem a honra de submeter à apreciação de V.Sas. Demonstrações Financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Os valores apresentados revelam os resultados alcançados no exercício, bem como a posição patrimonial da Sociedade. Colocamo-nos à disposição para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. A Administração.					
<b>DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b> (Em milhares de reais, exceto dividendos por lote de mil ações)					
	Capital social	Legal	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
	293.716	27.388	316.379	-	637.483
			(19.319)		(19.319)
				42.649	42.649
				(2.132)	-
				(5.118)	(5.118)
				(35.399)	(35.399)
	293.716	29.520	35.399		655.694
	41.770	-	(41.770)		-
			(25.038)		(25.038)
				60.290	60.290
				(3.014)	-
				(7.235)	(7.235)
				50.041	(50.041)
	335.486	32.534	315.692	0	683.711

  

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2023 31/12/2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	60.289 42.649
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:	
Provisão (reversão) para devedores duvidosos	377 146
Provisões (reversões)	(336) -
Ganho nas propriedades para investimento	(29.448) (14.727)
Impostos e contribuições diferidos	4.380 2.415
(Aumento) redução nos ativos operacionais:	
Contas a receber	(171) (600)
Depósitos judiciais	(279) (79)
Contas a receber com sociedades ligadas	- 6
Aumento (redução) nos passivos operacionais:	
Contas a pagar com terceiros	(59) 234
Receita diferida	(44) (230)
Impostos e contribuições	5.156 4.796
Imposto de renda e contribuição social pagos durante o exercício	(5.089) (4.568)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) pelas atividades operacionais	34.778 30.103
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	
Investimentos em propriedades para investimento	(4.098) (2.372)
Caixa gerado pelas atividades de investimentos	(4.098) (2.372)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	
Dividendos pagos	(30.156) (26.650)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(30.156) (26.650)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	523 1.080
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	
Saldo inicial	6.000 4.920
Saldo final	6.523 6.000
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	523 1.080

  

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2023 31/12/2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	60.289 42.649
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	- -
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	60.289 42.649

  

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
<b>1. Informações Gerais:</b> A Sociedade tem por objeto social a locação de bens imóveis próprios e a administração de bens imóveis próprios e de terceiros, principalmente os situados em shopping centers; a compra e venda de imóveis construídos ou em construção; a corretagem, a incorporação de imóveis próprios, construídos ou em construção; a promoção de eventos comerciais e industriais; prestação de serviços e assessoramento na área de shopping centers, por conta própria ou por representação, tais como planejamento e assessoria de vendas, assessoria econômica financeira; assessoria em serviços de publicidade, propaganda e comunicação, análise e processamento de dados e a participação em outras sociedades; serviços de diversão e entretenimento e auxiliares, incluindo espetáculos e atividades afins; e a exposição de veículos automotores. <b>2. Declaração de Conformidade:</b> As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. <b>3. Principais Políticas Contábeis:</b> Caixa e Equivalentes de Caixa - representam saldo de caixa, depósitos bancários a vista e aplicações financeiras. <b>Contas a Receber</b> - representam direitos de aluguel a receber, cuja contrapartida é o resultado do exercício, incluindo rendimentos e variações monetárias auferidas. <b>Propriedades para Investimento</b> - representam propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital, incluindo imobilizações em andamento para tal propósito. <b>Impostos e Contribuições Diferidos</b> - representam impostos diferidos reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. <b>Capital Social</b> - Está representado por 27.447 lotes de mil ações ordinárias nominativas, sem valor. <b>Receita Líquida</b> - É mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções ou descontos comerciais e impostos incidentes sobre a receita.	
<b>DIRETORIA:</b> Filipe Araújo Leite de Vasconcelos - Diretor Presidente; Ilton Nobrega dos Santos - Diretor Financeiro; Flavia Ganem da Fonseca - Diretora Jurídica; Gustavo Carvalho Pierrotti - Diretor Comercial; Fábio de Oliveira Nametz - Diretor Técnico.	
<b>CONTADORA</b> Elaine dos Santos Borges de Almeida CRC-RJ - 092112/O-0.	



## Cardeal Tempesta



Orani João Tempesta, O.Cist  
Arcebispo do Rio de Janeiro

### Eu sou a videira

Quinto Domingo da Páscoa

No domingo passado, escutamos o Senhor Jesus, vencedor da morte, Autor da Vida, que nos revelava com doçura e profundidade: "Eu sou o Bom Pastor" (Jo 10,11). Hoje, novamente, voltamos nosso olhar para o Senhor, imolado por nós e, por nós, ressuscitado; escutemo-Lo mais uma vez: "Eu sou a videira verdadeira e meu Pai é o agricultor!".

Caríssimos, para compreender esta palavra de Jesus é necessário recordar o povo de Israel, a vinha eleita de Deus, vinha que o Senhor arrancou do Egito e plantou na terra santa; vinha que o Senhor cercou de cuidados e de carinho. Vinha que, no entanto, não deu os frutos esperados! Escutemo-Lo as queixas do Senhor pela boca do Profeta Isaías: "Que me restava fazer à minha vinha que eu não tenha feito? Por que, quando eu esperava que ela desse uvas boas, deu apenas uvas azedas? Agora, vos farei saber o que vou fazer da minha vinha! Arrancarei a sua cerca para que sirva de pasto, derrubarei seu muro para que seja pisada. A vinha do Senhor dos Exércitos é a casa de Israel; e os homens de Judá são a sua plantação preciosa. Deles esperava o direito, mas o que produziram foi transgressão; esperava a justiça, mas o que apareceu foram gritos de desespero!" (Is 5,4-5,7). Israel foi a vinha infiel; pois bem, agora surge aqui "Ele que é o Israel verdadeiro, a verdadeira videira que dá o bom fruto, o fruto doce da obediência ao Pai até a morte e morte de cruz! Jesus é o Israel fidelíssimo, a verdadeira vinha plantada pelo Pai. Na obediência e na fidelidade, Ele fru de vida eterna.

O salmo de meditação da missa de hoje é um trecho do Salmo 21, aquele mesmo que Jesus rezou na cruz e que começa com a súplica "Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste?" - este salmo recorda bem o preço da obediência do nosso Senhor... - Jesus amado, Tu és a Vinha verdadeira! Na obediência ao teu Pai, divino Agricultor, deste para nós fruto de vida eterna. Morreste, mas estás vivo para sempre! Bendito sejas Tu! A Ti a glória.

Na primeira leitura - At 9,26-31 -, Jesus preveniu Saulo a respeito do sofrimento que teria na vida por ter-se convertido: seu sofrimento começou não sendo aceito pelos discípulos de Jesus! Tinham medo dele! Mas Barnabé tomou-o pela mão e o apresentou à comunidade dos cristãos como convertido e, agora, zeloso defensor Jesus.

Na segunda leitura - 1Jo 3,18-24 -, cristão não é um devoto de Jesus, mas é aquele que pratica o que Jesus prescreveu: "Crer no nome de Jesus é amar nossos irmãos como Ele nos amou e ama!" Na comparação de Jesus, é ficar unido a Jesus como o ramo fica unido ao tronco: "Permaneci em mim e Eu permaneço em vós!". São João nos disse na segunda leitura que sabemos que Deus permanece conosco e nós n'Ele porque temos o seu Espírito... Que realidade bela e misteriosa: estamos unidos a Cristo de verdade, de verdade vivemos a sua vida nova, vida que Ele adquiriu na ressurreição. O que o Senhor espera de nós? Que não sejamos como o povo da Antiga Aliança, que produziu uvas azedas! O Senhor espera de nós frutos doces; doces da doçura do Cristo que, por nosso amor, fez-se obediente até a morte e morte de Cruz!

No Evangelho - Jo 15,1-8 -, a "Parábola da Videira" é a parábola da intimidade com Jesus: Devemos permanecer unidos a Ele como os ramos permanecem unidos ao tronco. Caros irmãos, essa Videira viva e verdadeira, plena do Santo Espírito, que é a vida do Pai, nos vivifica. Foi por nós que Jesus, a Videira, morreu; foi por nossa causa que ele ressuscitou! Escutemo-Lo ainda: Todo ramo que em mim não dá fruto o Pai o corta; e todo ramo que dá fruto, ele o limpa, para que dê mais fruto ainda. Permaneci em mim e eu permanecerei em vós. Como não pode dá fruto por si mesmo, se não permanecer na videira, assim também vós, se não permanecerdes em mim. Eu sou a videira e vós sois os ramos. Eis, amados irmãos, fomos enxertados na videira verdadeira: em Jesus, somos a Igreja, o novo Israel, a vinha eleita do Senhor. Somo-Lo, porque, pelo batismo, fomos enxertados em Cristo e, agora, vivemos da sua seiva bendita, que é o Santo Espírito. São João nos disse na segunda leitura, que sabemos que Deus permanece conosco e nós n'Ele porque temos o seu Espírito... Que realidade bela e misteriosa: estamos unidos a Cristo de verdade, de verdade vivemos a sua vida nova, vida que ele adquiriu na ressurreição. O que o Senhor espera de nós? Que não sejamos como o povo da Antiga Aliança, que produziu uvas azedas! O Senhor espera de nós frutos doces; doces da doçura do Cristo que, por nosso amor, fez-se obediente até a morte e morte de Cruz!

São João nos diz na segunda leitura que o fruto que podemos produzir é crer no Filho amado e nos amar uns aos outros, como Ele nos mandou. Compreendamos que ser cristão é viver enxertados em Cristo, e nos tornamos ramos da mesma videira. Podemos dizer a mesma coisa de outro modo, usando as palavras de São Paulo: Cristo é a Cabeça, nós somos os membros do corpo que é a Igreja. Os membros vivem da vida da Cabeça como os ramos vivem da seiva que brota do tronco.

A Igreja nasce de Cristo, ela nos é anterior; e nós, pela graça de Deus, somos nela enxertados pelo batismo e a eucaristia. Ser cristão é ser Igreja; e ser Igreja é estar profundamente unido a Cristo e, em Cristo, unidos uns aos outros. Nunca esqueçamos: vivemos a mesma vida, nutrimo-nos da mesma seiva: esta vida, esta seiva é o Santo Espírito do Ressuscitado! Fora de Cristo, que fruto daríamos? Separados do tronco, fora da videira, como permaneceríamos vivos da vida divina? Como poderíamos produzir frutos de vida eterna? É permanecendo em Cristo, cabeça e tronco da Igreja, que viveremos da sua energia, da sua seiva, isto é, do seu Espírito Santo.

Mas, isso não nos livra das dificuldades. Desde os inícios, a vida dos cristãos é marcada por provações interiores e exteriores; desde as origens há dificuldades mesmo entre os irmãos na fé. Recordemos a situação da primeira leitura de hoje: a desconfiança da comunidade em relação a São Paulo... Então: tribulações exteriores, tribulações interiores; momentos de dor, momentos de escuridão... Onde está Cristo? Não é Ele a videira? Nele não estamos seguros? Sim! Mas, não seguros de seguranças humanas! Jesus nos previne no Evangelho de hoje para as podas da vida, podas que o Pai consente, para que demos fruto de vida eterna, fruto de uma vida totalmente enxertada em Cristo e, com Cristo, em Deus: "Todo ramo que em mim não dá fruto o Pai o corta; e todo ramo que dá fruto, ele o limpa, para que dê mais fruto ainda".

## DOENÇA

# SP registra primeira morte por febre amarela em 2024

LARA CASTELO/AE

O Estado de São Paulo registrou o primeiro óbito por febre amarela em 2024. A vítima é um homem de 50 anos, morador de Águas de Lindoia, que se deslocava também pela região de Monte Sião, em Minas Gerais. Ele veio a óbito no dia 29 de março, de acordo com a Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo (SES-SP).

A SES-SP diz que intensificou as ações de prevenção na região de Águas de Lindoia e alerta a população sobre o risco de contaminação pela doença, além de reforçar a necessidade da vacinação.

De acordo com o órgão, o imunizante contra a febre amarela está disponível em todos os postos de saúde do estado e, até o dia 22 de abril, a cobertura vacinal na região era de 68,47%.

Desde abril de 2017, o Brasil adota o esquema vacinal contra a febre amarela de uma dose durante toda a vida.

Importante destacar, contudo, que a proteção acontece apenas dez dias após a aplicação da vacina, de acordo com Regiane de Paula, coordenadora da Vigilância em Saúde (CCD/SES-SP). Por isso, as pessoas que vão viajar para áreas com recomendação da vacina contra a febre amarela devem se imunizar pelo menos dez dias

antes do deslocamento.

De maneira geral, como a transmissão da doença atualmente ocorre apenas por mosquitos silvestres, que vivem em zonas de mata, a coordenadora recomenda que todas as pessoas que planejam viajar para zona da mata, ou seja, "ir para acampamentos, trilhas e cachoeiras", devem se vacinar o quanto antes.

No ciclo urbano, a febre amarela também pode ser transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*, o mesmo que transmite a dengue, mas casos desse tipo não são registrados no País desde 1942.

## SINTOMAS

De acordo com o Ministério

da Saúde, os sintomas iniciais da doença são: febre de início súbito, calafrios, dores na cabeça, nas costas e no corpo em geral, além de enjoo, vômito e fraqueza.

Via de regra, as pessoas melhoram após esses sintomas, mas 15% ficam cerca de um dia sem sintomas e, depois, evoluem para quadros mais graves. Por isso, é importante ter um acompanhamento médico.

## TRATAMENTO

O tratamento é apenas em relação aos sintomas, que deve ser realizado com orientação médica. Por isso, a principal medida de proteção contra a febre amarela é a vacinação.

## VIOLÊNCIA

# Homem negro é agredido por policiais militares na Zona Norte

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

Um homem negro foi estrangulado por um policial militar e teve um jato de spray de pimenta espirrado contra seu rosto a centímetros de distância na zona norte da capital paulista. O registro está em um vídeo que circula pelas redes sociais e mostra o exato momento em que o homem é agredido pelo policial mesmo imobilizado, encostado em um portão, com os braços atrás das costas. Um segundo policial assiste a tudo sem interferir, depois de entregar o spray para o colega.

O atendimento foi feito por dois policiais Ronda Ostensiva com Apoio de Motocicletas (Rocam) do 9º Batalhão da Polícia Militar Metropolitana, na região do Tucuruvi. Segundo as infor-

mações, a própria vítima chamou a Polícia Militar (PM) porque estava sendo ameaçado com uma faca pelo ex-marido da proprietária da casa onde mora, sob a alegação de que não havia pago o aluguel do imóvel, o que seria mentira.

Enquanto a ação ocorria, o irmão da vítima gravava as imagens com o celular e questionava os PMs sobre qual seria a ordem. A resposta do policial é que "a ordem é ele colocar a mão para trás e acatar as ordens". Logo depois a proprietária do imóvel aparece e afirma aos policiais que o homem imobilizado é uma boa pessoa e um bom inquilino. Mesmo assim, os policiais continuaram com a ação.

Por meio de nota, a Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP), disse que a Polícia Militar

afastou os dois policiais envolvidos na ação na zona norte da capital. "A conduta dos policiais contraria os protocolos operacionais da PM, que instaurou um Inquérito Policial Militar para apurar os fatos. A instituição não compactua com desvios de conduta ou excessos de seus agentes", diz a nota.

A deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP) entrou com uma representação no Ministério Público do Estado de São Paulo pedindo a investigação e a identificação dos agentes envolvidos na ocorrência, além das imagens das câmeras corporais. No documento a deputada ressalta que as práticas empregadas pelos dois policiais são incompatíveis com os princípios democráticos e com os direitos fundamentais assegurados pela Constituição

Federal do Brasil, em especial o direito à integridade física e à dignidade da pessoa humana.

"É crucial ressaltar que a violência e o uso desproporcional da força por parte das autoridades, incluindo aplicar de spray de pimenta diretamente no rosto, são proibidos pela Lei nº 9.455/97, que define os crimes de tortura. O uso de força desproporcional pelo policial, sem resistência do munícipe, viola os princípios da proporcionalidade e da legalidade. A imobilização e a abordagem agressiva do munícipe, mesmo diante da alegação da dona do imóvel sobre o pagamento do aluguel e da ausência de qualquer reação por parte dele, infringem o direito ao devido processo legal e à presunção de inocência", afirma Erika no pedido.

## COMERCIAIS

# 25 de março enfrenta interrupção de energia

RARIANE COSTA/AE

Lojistas da região da Rua 25 de março, no centro de São Paulo, tiveram problemas com o abastecimento de energia na manhã desta sexta-feira. De acordo com a União dos Lojistas da 25 de Março e Adjacências (Univinc), tomadas de voltagem 220 deixaram de funcionar no local, prejudicando o pleno funcionamento de comércios, afetando, por exemplo, a emissão de notas fiscais.

O problema, segundo a Univinc, foi registrado nas ruas Comendador Abdo Schahin, Carlos de Souza Aguiar e 25 de Março. Segundo a entidade, são cerca de 800 estabelecimentos, distribuídos em apro-

ximadamente 4 quadras, afetados. "Este é o segundo dia consecutivo de interrupção, justamente às vésperas do final de semana, quando o movimento de clientes é ainda mais intenso", disse a Univinc em nota.

A Enel, empresa responsável pela distribuição de energia em São Paulo, afirmou que a energia foi reestabelecida nos endereços por volta das 12h45.

"Logo que a interrupção foi detectada, equipes de manutenção foram mobilizadas e seguem trabalhando no local. Quinta-feira, uma falha em um transformador impactou pontualmente alguns clientes, sendo a energia reestabelecida no mesmo dia", disse a empresa em nota.

## Nota

### JUSTIÇA LIBERA ASSINATURA DE CONCESSÃO PARA TREM INTERCIDADES EM SP

O Tribunal de Justiça de São Paulo acatou recurso da Fazenda Pública do estado e autorizou a continuidade do processo de concessão do Trem Intercidades (TIC) Eixo Norte, que ligará os municípios de Jundiaí e Campinas à capital paulista. O andamento tinha sido suspenso por decisão liminar na última quarta-feira. Na decisão que derrubou a liminar, a desembargadora Maria Laura Tavares destacou a necessidade de aguardar as manifestações do governo de São Paulo na ação. No recurso apresentado ao TJ-SP, a Procuradoria Geral do Estado argumentou que as alegações de supostas irregularidades eram frágeis e que o descumprimento do cronograma de concessão provocaria prejuízos diretos tanto aos cofres públicos como à população. Após licitação, ficou definido que a C2 Mobilidade Sobre Trilhos é a companhia que irá assumir o serviço. A assinatura do acordo está prevista para maio.

## CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 11.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-3  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 7ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**  
 Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 7ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atilio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 11.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securritizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 13 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Série Única da 7ª (Septuagésima Terceira) Emissão da Canal Companhia de Securitização ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 16 de maio de 2024, às 10:00 horas modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, com a presença de quaisquer Titulares dos CRI em Circulação para fins de instalação. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Declarar ou não Evento de Vencimento Antecipado das Notas Comerciais com o consequente pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário acessado da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais devida até a data do efetivo pagamento, calculada pro rata temporis, respeitada a regra prevista na Cláusula 6.8.3 do Termo de Emissão de Notas Comerciais, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos do Termo de Emissão, em virtude do descumprimento de obrigação contratual previsto na cláusula 8.1, itens "e", "f" e "g" do Termo de Emissão, configurado na assinatura de atos societários formalizando: i. a transferência de participação societária entre os quotistas da DUE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., CNPJ nº 37.806.875/0001-95 ("DUE"), de forma que a AFC Holding passa a deter 95,01% das ações da DUE e a AUS Holding 4,99% das ações da DUE; ii. a transferência da totalidade das quotas detidas pela AUS Holding na MPC Ltda., CNPJ nº 38.482.797/0001-83, para a Perleita Baía (CNPJ) sob o nº 51.929.304/0001-79), a qual passa a deter 50% (cinquenta por cento) das quotas da MPC Ltda. (iii) Autorização para a contratação do escritório Tozzini Freire Advogados ("Tozzini"), às expensas do Patrimônio Separado, para que sejam implementadas todas as deliberações da Ordem do Dia, inclusive alterações nos Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização), eventuais medidas judiciais e extrajudiciais, indutivas e/ou coercitivas, que sejam necessárias para assegurar e salvaguardar todos os direitos dos Titulares dos CRI, bem como medidas correlatas de excussão das garantias e recuperação do crédito, se for o caso. A proposta dos honorários do Tozzini Advogados, com seus valores de honorários e escopo de atuação, deverá ser disponibilizada ao Agente Fiduciário e aos Titulares dos CRI com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da data da realização da AGT e constará anexa à ata da AGT; e (iv) Autorizar a Emissora, o Agente Fiduciário e os demais partes relacionadas à Emissão, conforme aplicável, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos itens acima, bem como celebrar quaisquer aditamentos aos Documentos da Oferta que se façam necessários para a efetivação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI DUE", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Fica facultado aos Titulares dos CRI o proferimento do voto durante a realização da AGT ou através do envio da instrução de voto, sem rasuras, cujo modelo e instruções de preenchimento pode ser encontrado no site da Securritizadora. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securritizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securritizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação.  
 São Paulo, 26 de abril de 2024  
 Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

## Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tel.:

(11) 2655-1899

## PENDURICALHOS

# Servidores de judiciário e MP criticam PEC do Quinquênio

JULIA CAMIM/AE

Servidores do Judiciário e do Ministério Público se posicionaram na quarta-feira passada, contra o avanço da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Quinquênio, que concede um "bônus" na remuneração de magistrados, procuradores e promotores, no Senado. A Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufc) afirmou que o quinquênio "vai ocupar

ainda mais o orçamento com a cúpula, não deixando espaço para as reivindicações básicas dos servidores".

De acordo com a federação, a PEC é uma "tentativa de ampliação dos privilégios e penduricalhos destinados a mais alta cúpula do Poder Judiciário", que vai comprometer, se aprovada, a reposição salarial da inflação e as nomeações de servidores a partir de concursos. A proposta, de autoria do presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), prevê um acréscimo de 5% nos salários de magistra-

dos e membros do Ministério Público a cada cinco anos, até o máximo de 35% do teto constitucional.

O penduricalho pode ter um impacto orçamentário de R\$ 40 bilhões, segundo o governo federal. Aprovada no último dia 17 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, a PEC precisa de 49 votos favoráveis em dois turnos no plenário para ser encaminhada para a Câmara. Na Casa, a proposta tem que ter o apoio de 308 dos 513 deputados, também em dois turnos, para entrar em vigor.

Como mostrou o Estadão, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tenta desarmar a "pauta-bomba" no Congresso. Em jantar com parlamentares na terça-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que antecipou sua volta ao Brasil dos Estados Unidos para tentar articular uma negociação com os senadores, expôs a preocupação com o impacto fiscal da PEC. Na quarta, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que a proposta dificilmente será aprovada na Casa.

## ARQUIVAMENTO

# PGR não vê prova de propinas da Odebrecht a Renan e Romero Jucá

RAYSSA MOTTA/AE

O procurador-geral da República Paulo Gonet pediu o arquivamento do inquérito que investiga se o senador Renan Calheiros (MDB-AL) e o ex-senador Romero Jucá (MDB-RR) receberam propina da Odebrecht (atual Novonor) para apoiar a medida provisória 627, de 2013, que garantiu vantagens fiscais para empresas com atuação no exterior.

Em parecer enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), o procurador-geral afirma que não há provas concretas de que eles tenham pedido ou recebido dinheiro para apoiar interesses da construtora. Por isso, a PGR descartou a apresentação de uma denúncia.

"Os depoimentos de colaboradores e respectivos elementos de corroboração apresentados, a despeito de terem sido suficientes para dar início a uma in-

vestigação criminal, sem elementos probatórios que comprovem os delitos imputados, não são suficientes para a deflagração da persecução penal", diz o documento.

Gonet também informou que não vê utilidade em prorrogar a investigação. Na avaliação do procurador-geral, não há mais diligências a serem cumpridas.

"Diante da atual falta de pers-

pectiva de obtenção de novos elementos que autorizem conclusão diversa, considerando que os fatos investigados remontam ao ano de 2014, forçoso reconhecer a ausência de justa causa para a ação penal", complementou.

A investigação por corrupção passiva e lavagem de dinheiro foi aberta em agosto de 2017, a partir de delação premiada de executivos da Odebrecht na Operação Lava Jato. Os delatores relataram supostos repasses de R\$ 5 milhões aos emedebistas.

## TRAGÉDIA

# Incêndio em pousada em Porto Alegre deixa pelo menos 10 mortos

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

Pelo menos dez pessoas morreram em um incêndio de grandes proporções que atingiu uma pousada na Avenida Farrapos, no centro de Porto Alegre, na madrugada desta sexta-feira. O Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul mobilizou cinco caminhões para combater as chamas no prédio de três pavimentos. Nas redes sociais, a corporação informou que o fogo foi controlado.

"Conforme o nosso comandante do 1º Batalhão do Corpo de Bombeiros, tenente-coronel Lúcio Junes da Silva, foram confirmadas dez vítimas e o local funcionava de forma irregular. A

perícia criminal está no local para identificar as vítimas e investigar as causas do incêndio", destacou o corpo de bombeiros, por meio nota.

Os feridos foram levados para o Hospital de Pronto Socorro de Porto Alegre (HPS). Também pelas redes sociais, a prefeitura de Porto Alegre informou que duas pessoas estão em estado grave e seis passam por atendimento de menor gravidade.

"Com profunda tristeza acompanho a apuração do incêndio com vítimas na Pousada Garoa, na Farrapos. A prioridade agora é o atendimento aos cidadãos resgatados e encaminhados ao HPS. A prefeitura trabalha para acolher os morado-

res e apoiar a investigação dessa tragédia", postou o prefeito Sebastião Melo.

Em seu perfil no X, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, disse que o incêndio causa profunda consternação. "Seguimos mobilizados no rescaldo dessa tragédia e na identificação das causas das chamas. Meus sentimentos aos familiares das vítimas."

Agentes da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) monitoram e orientam o trânsito no entorno da ocorrência. Em nota, a Polícia Civil do Rio Grande do Sul informou que a investigação está a cargo da 17ª delegacia de polícia, coordenada pelo delegado Daniel Ordahi.

"As diligências estão sendo tomadas e acompanhadas junto ao corpo de bombeiros, Defesa Civil, Brigada Militar e Instituto Geral de Perícias. Estão sendo aguardados os relatórios técnicos e resultados das demais apurações investigativas."

## LULA

Nas redes sociais, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva manifestou tristeza e preocupação diante do número de mortos no incêndio. Segundo ele, o estabelecimento acolhia pessoas em situação de vulnerabilidade na capital gaúcha.

"Minha solidariedade às famílias e aos amigos que perderam seus entes", postou.

## VIAGEM A ISRAEL

# Bolsonaro pede a Moraes que devolva seu passaporte

PEPITA ORTEGA/AE

O ex-presidente Jair Bolsonaro pediu ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, a devolução de seu passaporte para visitar Israel no próximo mês, a convite do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu. A defesa do ex-chefe do Executivo requer a restituição do documento, ainda que de forma temporária, para uma 'viagem seis dias e sete noites', sem data definida por hora.

O passaporte de Bolsonaro foi confiscado por Moraes na Operação Tempus Veritatis - apuração sobre uma suposta tentativa de golpe que teria sido gestada em seu governo. A medida foi mantida no bojo da investigação sobre o episódio em que o ex-presidente ficou hospedado na sede da

Embaixada da Hungria, em Brasília.

A estadia de Bolsonaro na representação diplomática húngara levantou suspeitas de que ele poderia estar buscando asilo para evitar sua prisão. No entanto, na última quarta-feira, o ministro do STF mandou arquivar o caso, sob o argumento de que não haviam 'elementos concretos' que implicassem o ex-presidente A apuração acabou arquivada, mas a proibição de Bolsonaro deixar o País foi mantida.

Segundo os advogados de Bolsonaro, a autorização para a viagem 'não acarreta qualquer risco' às investigações da Operação Tempus Veritatis 'considerando os compromissos previamente agendados no Brasil, que demandam a presença do ex-presidente após seu retorno de Israel'.

## RAPOSA NO GALINHEIRO

# Governo nomeia aliado Lira para Incra de AL

GABRIEL DE SOUSA/AE

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nomeou na quarta-feira passada, Junior Rodrigues do Nascimento como superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de Alagoas. Ele foi indicado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para a vaga que até o último dia 16 era ocupada por Wilson César Lira dos Santos, primo do deputado, exonerado após cobranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Nascimento substitui José Ubiratan Rezende Santana, engenheiro agrônomo indicado pelo MST e nomeado como substituto no cargo após a demissão de Wilson César. Menos de dez dias depois de assumir o cargo, Ubiratan foi exonerado a pedido.

O novo chefe da Superintendência de Alagoas era presidente da Naturagro, uma ONG sediada em Maceió que representa beneficiários do programa nacional de reforma agrária. Pela Naturagro, Nascimento assinou, no mês passado, um acordo de cooperação técnica com o órgão. A parceria foi firmada para disponibilizar uma equipe técnica habi-

litada para conceder e operar os créditos de instalação do programa de reforma agrária do governo Lula.

A portaria com a nomeação de Nascimento foi assinada quarta-feira pelo presidente do Incra, César Fernando Schiavon Aldrighi. O salário bruto dele na Superintendência será de R\$ 11 306,90. A indicação do nome dele por Lira foi confirmada pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira.

As mudanças na Superintendência de Alagoas ocorre durante o "Abril Vermelho" do MST, que promove anualmente uma intensificação de invasões de terras para relembrar o assassinato de 21 trabalhadores sem-terra pela Polícia Militar do Pará em 1996.

Em abril do ano passado, membros do MST invadiram a Superintendência do Incra no Estado para reivindicar a exoneração do primo do presidente da Câmara, que é considerado um "bolsonarista raiz" e "inimigo da reforma agrária" pelo movimento.

Wilson César Lira foi nomeado para o cargo em 2017, durante o governo do ex-presidente Michel Temer (MDB). Ele permaneceu no posto durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

## COOPERAÇÃO

# PF e Agência do Reino Unido firmam acordo

JULIA CAMIM/AE

A Polícia Federal (PF) firmou um acordo, nesta sexta-feira, com a Agência Nacional de Crimes do Reino Unido (National Crime Agency) com o objetivo de aprimorar a cooperação policial internacional entre as duas instituições. A Carta de Intenções prevê o combate ao crime organizado entre países, ao cibercrime, à corrupção, ao tráfico de pessoas, às drogas e às armas de fogo, além de situações análogas à escravidão e lavagem de dinheiro.

O acordo, assinado pelo diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, e pelo diretor-geral da organização britânica, Graeme Biggar, na sede da agência em Londres, estabelece a troca de informações entre as polícias, atividades coordenadas, treinamentos e intercâmbio de agentes. Também esteve presente na reunião que celebrou a cooperação o ministro da

Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski.

No dia anterior, 25, o diretor brasileiro se encontrou com o comissário-geral da instituição policial mais antiga do Reino Unido, a City of London Police, Peter O'Doherty. A organização investiga fraudes, crimes econômicos e cibernéticos, e a reunião tratou do intercâmbio de policiais em áreas relevantes para as instituições dos dois países. De acordo com a PF, as atividades não criam obrigações financeiras para os governos, ficando sujeitas à disponibilidade de recursos.

O adido da PF na Embaixada do Brasil em Londres, representante da corporação no país, William Murad, e o adido-adjuvado, André Vale de Salles Andrade, participaram dos eventos incentivados pela Diretoria de Cooperação Internacional, criada no ano passado pela PF para fortalecer ações conjuntas entre forças policiais internacionais.

## 90 DIAS

# Ministro da Justiça suspende policial que ensinou tortura em curso

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski (foto), aplicou uma pena de suspensão, de 90 dias, ao agente da Polícia Rodoviária Federal (PRF) Ronaldo Bandeira, que aparece em um vídeo mostrando como fazer tortura usando spray de pimenta em viaturas da corporação. O vídeo viralizou nas redes sociais no fim do ano passado e o agente foi alvo de processo administrativo disciplinar, que chegou a recomendar sua demissão do cargo público, o que acabou não sendo acatado pelo ministro.

Nas imagens que tiveram grande repercussão, Bandeira ministrava aula em um cursinho e detalhava uma abordagem



FABIO RODRIGUES POZZEGOM/ABRASIL

que teria ocorrido com outros policiais. Na gravação, ele relata uma situação de prisão com resistência na qual o suspeito estava na parte de trás da viatura. Em seguida, o agente diz: "O quê que 'o polícia' faz? Abre um

pouquinho, pega o spray de pimenta e taca! A pessoa fica maninha". Ele chega a afastar o microfone, que estava gravando, ao mencionar o uso do spray. O policial rodoviário ainda fala, no vídeo, com ironia, que o proce-

dimento seria tortura.

A gravação do vídeo, que teria ocorrido em 2016, veio à tona depois que Genivaldo de Jesus Santos foi morto durante ação de policiais rodoviários federais em Sergipe, em 2022.

Imagens veiculadas na internet mostram a ação policial que prendeu Genivaldo no portamalas de uma viatura após ele trafegar de moto sem capacete em uma rodovia.

Publicada em edição regular do Diário Oficial da União (DOU) da última segunda-feira, a portaria que determina a suspensão diz que o policial cometeu infração disciplinar prevista regime jurídico dos servidores públicos civis da União, que é a violação do dever de lealdade à instituição Polícia Rodoviária Federal.

**EUA**

## Entra em vigor lei que força TikTok a romper com controladora

O TikTok se prepara para uma batalha legal contra a lei nos Estados Unidos que a forçaria a plataforma de mídia social a romper vínculo com sua controladora, sediada na China. A empresa quase certamente deve ter o apoio de autoridades chinesas, no momento em que a rivalidade bilateral ameaça o meio bastante popular entre jovens adultos americanos para se conectar online.

Pequim sinalizou que o TikTok deve enfrentar o que considera uma lei que é um "roubo" aprovada por legisladores dos EUA "para tirar de outros todas as coisas boas que eles têm". Caso um questionamento legal fracasse, ob-

servadores da situação dizem ser improvável que autoridades chinesas permitam uma venda, o que seria visto como uma rendição a Washington.

Pequim pode não querer que a ação americana contra a popular plataforma de vídeos curtos estabeleça um "mau precedente", avalia Alex Capri, ligado à Universidade Nacional de Cingapura e pesquisador na Hinrich Foundation.

Em sua primeira resposta oficial à nova lei dos EUA, a controladora ByteDance divulgou um comunicado na quinta-feira no Toutiao, um aplicativo chinês que ela possui, com a afirmação de que "não tem plano de vender o TikTok".

**GALLUP**

## Aprovação de Joe Biden atinge menor nível entre presidentes

MARIA LÍGIA BARROS/AE

A aprovação do atual presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, atingiu o menor nível entre os últimos 10 líderes que ocuparam o cargo, segundo a consultoria Gallup.

A consultoria comparou a média dos percentuais de aprovação de Biden com dados que remontam desde 1956, quando Dwight Eisenhower era presidente. O período de análise compreendeu os 13 primeiros trimestres do primeiro mandato de cada chefe

de Estado.

A média da aprovação de Biden no seu recém-completo 13º trimestre de mandato é de 38,7%, de acordo com o compilado da Gallup - a menor da série histórica.

George H. W. Bush (o pai), do Partido Republicano, ocupa o penúltimo lugar do ranking, com aprovação média no período citado de 41,8% em 1992. Depois, aparecem o democrata Barack Obama (45,9%) e o republicano Donald Trump (46,8%), na mesma base comparativa.

**GUERRA**

## Polônia e Lituânia fazem exercício militar na fronteira da Rússia

O presidente polonês, Andrzej Duda, afirmou nesta sexta-feira que "um potencial agressor precisa ver nosso preparo", enquanto ele e o líder da Lituânia monitoravam um exercício militar conjunto na fronteira compartilhada. Duda e o presidente lituano, Gitanas Nausėda, se encontraram no último dia de uma semana de exercícios militares, em uma região considerada um foco potencial em caso de impasse entre a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e a Rússia.

A fronteira de quase 100 quilômetros entre os membros da Otan também é um corredor terrestre entre Belarus, aliada de Moscou, e a região russa de Kaliningrado, um exclave que faz fronteira justamente com Lituânia e Polônia. "Há uma ameaça potencial, por isso os exercícios estão em andamento", afirmou Duda.

O exercício incluía 1.500 soldados lituanos, quase 200 membros de uma brigada polonesa e também alguns militares de EUA e Portugal.

**PILOTO AUTOMÁTICO**

## EUA investigam recall da Tesla que afetou 2 milhões de veículos

MATEUS CERQUEIRA/AE

A Administração Nacional de Segurança de Tráfego Rodoviário (NHTSA) dos EUA está investigando a eficácia do recall (reparo) da Tesla, que afetou mais de 2 milhões de veículos. O recall, feito em dezembro do ano passado, visava atualizar o sistema de piloto automático.

No entanto, novas preocupações surgiram devido a colisões após a instalação da atualização e reclamações de condutores.

A investigação da NHTSA segue uma anterior sobre o piloto

automático da Tesla, que concluiu que o sistema de engajamento do motorista com o piloto automático era inadequado.

O recall abrange vários modelos da Tesla, fabricados entre 2012 e 2024, incluindo o Model Y, X, S, 3 e Cybertruck, fabricados entre os anos modelo 2012 e 2024 e equipados com piloto automático. A investigação destaca as crescentes preocupações sobre a segurança e eficácia dos sistemas de condução autônoma parcial, enquanto o debate sobre a responsabilidade dos motoristas continua em foco.

**CRIME SEM CASTIGO**

# Polícia 'truculenta e racista' dos EUA mata homem negro

Imagens da câmera corporal de um policial de Ohio, nos Estados Unidos, divulgadas na quarta-feira, passada, mostram que um homem negro morreu sob custódia policial após ter sido algemado e deixado de bruços no chão. Os policiais envolvidos foram colocados em licença administrativa remunerada.

As gravações mostram um policial de Canton respondendo a um chamado de acidente por volta das 20h do dia 18 de abril, que destruiu um poste. A filmagem da câmera corporal do policial Beau Schoenegge mostra que um motorista que passava pelo local direcionou a polícia para o bar, onde estava Frank Tyson, de 53 anos. Uma mulher abriu a porta do bar e disse: "Por favor, tire-o daqui, agora".

A polícia agarrou Tyson e ele resistiu a ser algemado e disse repetidamente: "Eles estão tentando me matar" e "Chame o xerife", enquanto era levado ao chão. Eles o contiveram - inclusive com um joelho nas costas - e ele imediatamente falou aos policiais que não conseguia respirar.

Os policiais disseram ao homem que ele estava bem, para se acalmar e parar de resistir, enquanto ele estava deitado de

bruços com as pernas cruzadas no chão. A polícia estava brincando com as pessoas que estavam perto e mexendo na carteira de Tyson antes de perceber que ele estava em uma crise médica.

Cinco minutos após a filmagem da câmera corporal registrar Tyson dizendo "Não consigo respirar", um policial perguntou a outro se Tyson havia se acalmado. O outro respondeu: "Ele deve estar desmaiado."

Ele não se moveu quando um policial falou para ele se levantar e tentou virá-lo. Eles o sacudiram e verificaram o pulso. Minutos depois, um oficial disse que os médicos precisavam "acelerar o passo" porque Tyson não estava respondendo e o oficial não tinha certeza se podia sentir um pulso. Os oficiais começaram a tentar reanimá-lo.

O relatório da polícia de Canton sobre a morte de Tyson, divulgado nesta sexta-feira, disse que "logo depois de prendê-lo", os policiais "reconheceram que Tyson não respondeu" e que uma manobra de reanimação foi realizada. Doses de Narcan também foram administradas antes da chegada dos médicos. Tyson foi declarado morto em um hospital menos de uma hora depois.

**SEGUNDO TURNO**

# Índia inicia 2ª fase de eleições nacionais com Modi como favorito

Milhões de indianos começaram a votar nesta sexta-feira, no segundo turno das eleições nacionais com múltiplas fases, enquanto o primeiro-ministro Narendra Modi tenta galvanizar os eleitores com seu tipo assertivo de política nacionalista hindu. As pessoas fizeram fila do lado de fora quando a votação foi aberta às 7h do horário local. Esperava-se que a participação aumentasse à medida que o dia

avançasse.

O resultado da votação será crucial para o partido nacionalista hindu Bharatiya Janata de Modi, já que os 88 círculos eleitorais em disputa em 13 estados incluem alguns dos seus redutos em estados como Rajastan, Madhya Pradesh, Uttar Pradesh e Maharashtra. A maioria das sondagens prevê uma vitória de Modi e do BJP, que enfrenta uma ampla aliança de oposição

liderada pelo Congresso Nacional Indiano e por poderosos partidos regionais.

O primeiro-ministro Modi instou as pessoas a votarem em números recordes para fortalecer a democracia. "Exorto especialmente os nossos eleitores jovens e as eleitorais a comparecerem em grande número. Seu voto é sua voz!", Modi disse em mensagem na plataforma de mídia social X.

Quase 970 milhões de eleito-

res - mais de 10% da população mundial - elegerão 543 membros para a câmara baixa do Parlamento durante cinco anos durante as eleições escalonadas, que decorrem até 1 de junho. Total de 28 estados na Índia. A participação na primeira fase das eleições, em 19 de abril, foi estimada em cerca de 62% dos 166,3 milhões de eleitores elegíveis. Cerca de 160 milhões estão elegíveis para votar na segunda fase.

**DIPLOMACIA**

# Blinken encontra presidente da China para discutir diferenças bilaterais

O secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, reuniu-se nesta sexta-feira, com o presidente da China, Xi Jinping, e com altos funcionários chineses, enfatizando a importância de "administrar de forma responsável" as diferenças em uma série de questões bilaterais, regionais e globais controversas. Em coletiva de imprensa, Blinken disse que levantou preocupações com Xi sobre o apoio da China à Rússia em meio a invasão da Ucrânia, bem como outras questões, incluindo Taiwan e o Mar do Sul da China, direitos humanos e a produção e exportação de precursores de opioides sintéticos. Segundo ele, os EUA esclareceram que a China

não está endereçando a questão central de "garantir a segurança transatlântica".

Blinken deu um tom positivo ao recente progresso feito na cooperação bilateral, inclusive em comunicações militares, combate ao narcotráfico e inteligência artificial (IA). "Estamos comprometidos em manter e fortalecer as linhas de comunicação para avançar essa agenda e, mais uma vez, lidar de forma responsável com nossas diferenças para evitar qualquer falha de comunicação, qualquer percepção equivocada, qualquer erro de cálculo", disse ele.

Por sua vez, o presidente Xi Jinping enfatizou que a China e os EUA devem buscar um terreno

comum "em vez de se envolverem em uma competição cruel", afirmando que vê com bons olhos a "confiança" e a "prosperidade" do desenvolvimento americano. Mas ressaltou que espera reciprocidade, através de um "olhar positivo dos EUA para o desenvolvimento da China".

Antes desta reunião, Blinken manteve longas conversas com o ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, e com o ministro da Segurança Pública, Wang Xiaohong, que duraram cerca de cinco horas e meia.

Durante o encontro, Wang Yi observou que as relações bilaterais começaram a estabilizar entre ambos os países, porém, este

processo acompanha simultaneamente um aumento nos "fatores negativos" que provocam diversas interrupções.

"Os direitos legítimos de desenvolvimento da China tem sido suprimidos e nossos interesses estão enfrentando desafios", disse o ministro, acrescentando que as preocupações sobre interferência dos EUA em assuntos internos são "consistentes".

Blinken respondeu dizendo que o governo Biden valoriza o diálogo entre os EUA e a China, mesmo em questões de disputa. Ele observou que houve algum progresso no ano passado, mas sugeriu que as negociações continuarão difíceis.

**Notas****DUAS BRASILEIRAS MORREM EM ACIDENTE RODOVIÁRIO NO CHILE**

Um acidente com um ônibus de turistas brasileiros, ocorrido na madrugada desta sexta-feira, no norte do Chile, resultou na morte de duas brasileiras. Outras 33 pessoas ficaram feridas, sendo que três permanecem em estado grave. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, o veículo, oriundo de Porto Alegre, transportava 42 pessoas. O Consulado-Geral em Santiago segue acompanhando a situação e presta assistência aos brasileiros. "O governo brasileiro transmite sinceras condolências aos familiares e amigos das vítimas, e deseja plena recuperação aos feridos", informou o Itamaraty, em nota. Uma das vítimas do acidente é a professora Terezinha Mezzomo Preto, de David Canabarro (RS).

**FRANÇA E FILIPINAS DEVEM DISCUTIR ACORDO MILITAR NO PRÓXIMO MÊS, DIZ EMBAIXADORA**

A França e as Filipinas vão iniciar diálogos no próximo mês sobre um pacto de defesa que permitiria que as tropas de cada país realizassem exercícios no território do outro, disse a embaixadora francesa nas Filipinas, Marie Fontanel, nessa quinta-feira. As autoridades francesas e filipinas deverão se reunir em Paris, de acordo com Fontanel. A embaixadora disse que os chefes de defesa de ambos os países concordaram em Manila, em dezembro passado, de buscar esse acordo. "Teremos uma oportunidade em maio para talvez iniciar oficialmente as negociações ou, pelo menos, discutir as modalidades", disse Fontanel em uma coletiva de imprensa com o embaixador francês para o Indo-Pacífico, Marc Abensour.